

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

FELIPE FRANCISCO AX BAYER

**O CAPITAL HUMANO E A ECONOMIA DO
CONHECIMENTO – O CASO DA FEDERALIZAÇÃO DA
UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU (FURB)**

FLORIANÓPOLIS, 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**O CAPITAL HUMANO E A ECONOMIA DO
CONHECIMENTO – O CASO DA FEDERALIZAÇÃO DA
UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU (FURB)**

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador a: Prof. Dra. Eva Yamila
Amanda da Silva Catela

FLORIANÓPOLIS, 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

A Banca examinadora resolveu atribuir a nota 7,0 ao aluno Felipe Francisco Ax Bayer na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Eva Yamila Amanda da Silva Catela

Prof. Dra. Monica Salomón González

Prof. Dr. Clóvis Reis

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela vida e por tudo o que tenho e sou.

Agradeço pelo incondicional apoio, amor e dedicação dos meus queridos pais (Armin e Ingrid Clara), sem eles não nada disso teria existido.

Agradeço a Deus (mais uma vez) pelas amizades eternas que fiz desde 11 de setembro de 2006... “nenhum caminho é longo quando amigos nos acompanham”!

Agradeço à minha noiva Monica Taís Bär, não apenas pelo amor e torcida para que tudo desse certo, mas pelo que ela representa na minha vida.

Quanto aos agradecimentos mais específico, não posso deixar de mencionar a Prof. Eva, além de orientadora, uma pessoa admirável e compreensiva, que topou o desafio de me orientar a distância.

Ao meu sempre chefe Prof. Louis Roberto Westphal, pois foi trabalhando com projeto de pesquisa em desenvolvimento econômico que conheci a fundo e criei interesse pelo tema, mais especificamente, pelo capital humano. Muito valeram as anotações de aula do Prof. Louis como uma bússola quanto ao que pesquisar.

Ao Prof. Clovis Reis da FURB, membro maior do Comitê Pró-federalização da Universidade, ao qual devo grande parte dos materiais usados para a seção referentes à federalização da FURB e panorama da mesorregião do Vale do Itajaí.

RESUMO

O Presente trabalho trata do perfil do emprego na Mesorregião do Vale do Itajaí, ancorado na teoria do capital humano. Para tal foram reunidos dados disponibilizados pelo SINE/SC, IBGE, e IPEA, para com isso reunir as informações necessárias a fim de utilizar a escolaridade como *proxy* para o capital humano. Papel de grande destaque é dado também às instituições como fomentadoras do capital humano em uma região. Analisa-se, por fim, as condições e estrutura da Universidade Regional de Blumenau (FURB) acerca da possibilidade de federalização da mesma

PALAVRAS-CHAVE: Capital Humano; Vale do Itajaí; Instituições, FURB.

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	07
1.1 Tema e Problema	08
1.2 Justificativa	08
1.3 Objetivos	09
1.3.1 Objetivo Geral	09
1.3.2 Objetivos Específicos	09
1.4 Metodologia	10
2 – CAPITAL HUMANO	
2.1 Introdução	11
2.2 Origens	12
2.2.1 Theodore Schultz	12
2.2.2 Edward Denison	14
2.2.3 Jacob Mincer	15
2.2.4 Gary Becker	16
2.3 Evolução	19
2.3.1 Modelo de Solow	22
2.3.2 Teoria do Crescimento Endógeno	24
2.3.3 Expectativas Racionais	25
2.3.4 Capital Social	26
2.3.5 Papel das Instituições	27
3 – PANORAMA DO CAPITAL HUMANO NA MESORREGIÃO DO VALE DO ITAJAÍ	
3.1 Introdução	30
3.2 Perfil do Emprego e da Renda	31
3.2.2 Emprego segundo a escolaridade	36
3.3 Análise do PIB per capita	47
3.3.4 Perfil dos cursos de Ensino Superior na Mesorregião	48
4 – UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU – FURB	
4.1 Introdução	52
4.2 Programa de Expansão do Ensino Superior X REUNI	53
4.3 Federalização da FURB	54
4.3.1 Infra-estrutura	57
4.3.2 Problemática da universidade	58
4.4 A federalização como um compromisso regional	59
4.5 Controvérsias sobre a federalização	60
5 – CONCLUSÃO	64
BIBLIOGRAFIA	66

1. INTRODUÇÃO

As questões referentes ao desenvolvimento de uma região suscitam desde sempre discussões, tanto entre autoridades responsáveis pela condução das políticas econômicas, quanto entre cidadãos comuns que trabalham e nada disso podem modificar. A temática de desenvolvimento engloba vários âmbitos que perpassam principalmente por questões como a *estrutura* e a *conjuntura* econômicas.

A conjuntura e a estrutura econômica são dois aspectos indispensáveis para o conhecimento da realidade econômica de um país ou região.

A conjuntura econômica apresenta a situação de um país e/ou região através do comportamento de um conjunto de variáveis macroeconômicas no curto prazo. Por exemplo, apresenta-se a conjuntura econômica como resultado da combinação de variáveis das contas nacionais, emprego, balanço de pagamentos e das políticas econômicas: fiscal, monetária e externa.

A estrutura, por outro lado, é definida pela combinação de dados referentes ao passado histórico e a formação étnica e religiosa de um país e/ou região conjuntamente com o tamanho geográfico e populacional, as relações externas e a distribuição do trabalho dentre os setores primário, secundário e terciário da economia; juntamente com a respectiva importância de cada um destes para a manutenção da harmonia. Geralmente, a estrutura econômica se resume a configuração em termos de alocação de capital (físico, natural e humano) nos três principais setores da economia.

O foco deste trabalho é a formação e alocação do capital humano na Mesorregião do Vale do Itajaí, através da análise das instituições de ensino universitário e técnico desta região. Utiliza-se o arcabouço teórico que estuda o Capital Humano, em especial os autores Theodore Schultz, Edward Denison, Gary Becker e Jacob Mincer. Para a consecução deste objetivo este trabalho está organizado em 4 seções, sendo o primeiro este capítulo introdutório. O segundo capítulo traz a evolução da literatura associada ao capital humano, assim como uma breve referência ao papel das instituições no desenvolvimento deste. O terceiro capítulo traz o panorama da Mesorregião do Vale do Itajaí quanto à dados sobre o

emprego. Já o quarto traz a discussão sobre a Federalização da FURB, bem como toda a sua problemática e implicações.

1.1 Tema e Problema

O presente trabalho se concentra na análise da Teoria do Capital Humano como sustentadora do estado como incentivador da expansão do ensino superior brasileiro, a fim de equiparar as desigualdades de qualificação e promover as potencialidades de cada região.

A mensuração do desenvolvimento de uma região é algo complexo, e mais complexo ainda é o trato que deve ser dado à uma questão singular como esta, a qual compreende os recursos humanos como sendo *capital* na economia.

1.2 Justificativa

Atualmente, a formação e o investimento em formas diversas ou análogas de capital tem sido um diferencial no sentido de prover vantagens competitivas às organizações. O trato dado aos recursos humanos, como sendo forma de capital tem sido largamente discutido e gerado discussões acerca de sua eficiência, seja para os indivíduos, na perspectiva da renda; empresários, na perspectiva do lucro, etc.

Entretanto, considera-se o tema de fundamental importância para o estudo dos processos de desenvolvimento, e condução dos mesmos, uma vez que, trata do desafio de uma região que embora não necessite urgentemente de recursos ou investimentos em educação, pode extrair resultados econômicos muito melhores caso seja modificada sua estrutura universitária. O trato de contrastes internos remete-nos à discussão do que seria, na verdade, o desenvolvimento: o crescimento dos agregados ou a distribuição das oportunidades.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivos Gerais

Elucidar a relação do capital humano na Mesorregião do Vale do Itajaí com as instituições de ensino existentes na região, dentro da atual conjuntura de expansão do Ensino Superior Público Federal, fazendo ênfase a ‘qualidade’ e ‘quantidade’ de tal aperfeiçoamento.

1.3.2 Objetivos Específicos

Para atingir o objetivo geral será necessário:

- Verificar o comportamento das variáveis inerentes à sazonalidade do emprego na economia catarinense, mais especificamente, da Mesorregião do Vale do Itajaí, contraponto dados;
- Visualizar indicadores de desenvolvimento objetivando verificar em que medida se dá a evolução dos indicadores sociais referentes aos salários;
- Apurar as políticas de desenvolvimento que estão sendo postas em prática em diferentes âmbitos, bem como sua adequabilidade à atual situação da mesorregião e das instituições envolvidas.
- Realizar uma revisão teórica referente ao Capital Humano.

1.4 Metodologia

Para que sejam atingidos os objetivos específicos e, conseqüentemente o objetivo geral, foi realizada uma pesquisa descritiva, exploratória e bibliográfica extraindo informações de trabalhos já realizados, como artigos científicos, livros que tratam em específico sobre o tema e alguns dados oficiais, observando dados concretos.

A pesquisa concentra-se em referências relacionadas aos indicadores de desenvolvimento sócio-econômico tais como a População Economicamente Ativa (PEA), a evolução dos salários, a empregabilidade segundo graus de escolaridade, etc., para que possamos com estes verificar questões como bem-estar e produtividade, nos contextos, social e econômico, respectivamente.

Os dados estatísticos serão extraídos de sites, como o CAGED, SINE/SC, Ministério da Educação, Banco Mundial, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), etc.

Utiliza-se a abordagem qualitativa e quantitativa, pois houve a presença de indicadores e dados numéricos, tendo em vista que baseou-se em dados interpessoais e dados comprobatórios dos quais obteve-se conclusões acerca do tema pesquisado.

2 CAPITAL HUMANO

2.1.1 Introdução

As transformações da atualidade rumo a uma sociedade cada vez mais tecnológica e dinamizada, dotada de meios facilitadores do cotidiano como nunca, fazem emergir preocupações que até então eram menos relevantes, mas que a partir de então passaram a condicionar a continuidade de tais transformações.

No que se refere ao tema em destaque no presente trabalho, verificou-se uma preocupação, para não dizer exigência, muito maior de estudos referentes ao aperfeiçoamento do capital humano a partir dos anos 1970. Com isso, atitudes por parte dos governos passam a ser exigidas com o objetivo de compatibilizar a demanda por “cérebros” com os sistemas educacionais e de formação profissional, para mediante isso, melhorar o desempenho econômico de um país. Pois a maior qualificação/formação além de vantagens econômicas urbanas, regionais e nacionais essenciais ao sucesso individual, aumenta a renda e o bem-estar do coletivo.

Notoriamente, o capital humano tem se tornado, nas últimas décadas, uma prioridade política, econômica e social, principalmente para a maioria dos países definidos como “industrializados”. Segundo a OCDE um crescente número de cidades e regiões por todo mundo estão colocando a aprendizagem, o conhecimento, a educação, a investigação e a inovação no centro das suas estratégias de desenvolvimento, reunindo em torno de um mesmo objetivo representantes políticos, do setor privado e sociedade em geral.

Trata-se como *capital humano* o “montante potencial adquirido em educação produtiva através do processo educacional” (Schultz, 1973). Para isso, analisa-se de que forma comporta-se a educação na formação deste, que seria o capital responsável por mover os demais (físico e natural), mediante a aquisição de conhecimentos e habilidades em geral, postos em uso nos processos produtivos.

Tendo dito isto, admite-se o capital humano, em um contexto macroeconômico, como sendo um *estoque* e seu crescimento como pontos centrais para o progresso econômico, sendo exigidos investimentos que influenciem positivamente a produtividade do trabalho e tragam bons fluxos de renda por um determinado período.

Já sob uma perspectiva microeconômica, tem-se que as diferenças no estoque de capital humano individual podem explicar a variação na estrutura de salários e a própria distribuição de renda. O processo dá-se via equilíbrio geral e pressupõe concorrência perfeita nos mercados de trabalho e produtos, objetivando sempre maximização dos lucros.

2.2 Origens

Todo o estudo sobre o capital humano surgiu no final dos anos 50/início dos anos 60, através de trabalhos realizados por economistas da escola de Chicago: Milton Friedman, Jacob Mincer, Gary Becker, Theodore Schultz e Edward Denison.

Nos Estados Unidos o tema difundiu-se rapidamente, estendendo-se para outros países industrializados posteriormente, sendo incorporado nos programas de expansão educacional da OCDE em meados dos anos 60, bem como UNESCO e Banco Mundial.

As obras que mais contribuíram para o incremento do tema e que o sustentam até hoje como referencial são “O valor Econômico da Educação”(1963) de Schultz, e “Capital Humano“ (1964) de Becker.

Como teóricos do Capital humano devido enfoque deve ser dado à 4 autores em especial: Theodore Schultz, Edward Denison, Gary Becker e Jacob Mincer.

2.2.1 Theodore Schultz

Este autor trabalhou com a importância do investimento em pessoas e em pesquisa. Para Schultz a pesquisa, ou o investimento nesta, é necessário para a obtenção de informações, habilidades e novas técnicas de desenvolvimento das informações, transformando-as em: - novas capacidades técnicas, que depois de adquiridas compõem o capital humano; - desenvolvimento de novos materiais, que consistem em novas formas de capital físico. (Schultz, 1973). Recebeu o Prêmio Nobel de Economia em 1979.

Schultz acreditava que desconsiderar os recursos humanos como forma de capital era equívoco, haja vista que demonstrava uma noção superada de trabalho na economia em geral. O conceito tradicional de capital deveria ser ampliado, pois:

Se o coeficiente de todo capital em relação à renda permanece essencialmente constante, então o crescimento econômico inexplicado, que tem sido de uma presença tão perturbadora, tem a sua origem primordialmente a partir da elevação do acervo do capital humano. Schultz (1973, p. 66)

Schultz partiu do pressuposto de que o nível de educação em determinado país é escasso, bem como a qualificação da População Economicamente Ativa (PEA) implica em custos, sendo que esta tem resultados econômicos, ou seja, a qualidade do esforço humano pode ser muito aumentada e aperfeiçoada, resultando em incrementos na produtividade. Conforme a produtividade aumenta, em resposta aos crescentes gastos em qualificação, a taxa de retorno torna-se positiva.

Ancorado nas transformações sofridas na agricultura entre 1956 e 1960, ressalta a importância da educação como investimento e concede grande ênfase à questão educacional, no sentido de preparar o ser humano para enfrentar as mudanças e ajustamentos resultantes de desequilíbrios econômicos aos quais se vê submetido. O autor trouxe à tona o conceito Capital Humano em um artigo publicado em 1961: “Investimento em Capital humano”, no qual busca analisar a formação do trabalho como capital, produto do investimento, e não como meio de produção. Nas palavras dele “essa noção de trabalho estava errada no período clássico e está evidentemente errada agora” (Schultz, 1961).

Quanto à metodologia concentrou-se em três fatores: Cálculo do nível de educação de toda a população e da PEA (População Economicamente Ativa) de 1929 a 1957 mediante os custos despendidos com a educação; cálculos relativos ao aumento de renda no período como reflexo das melhorias na educação; e cálculo da constituição da educação para o aumento da produtividade e do crescimento econômico nos EUA.

Schultz (1973) também divide em 5 categorias as capacidades que contribuem para o desenvolvimento humano, por assim dizer:

- investimentos em saúde, pois objetivam o aumento da expectativa de vida e vitalidade dos trabalhadores em suas funções;
- treinamento realizado no próprio emprego;

- educação formal, quer seja dos níveis primário e secundário, tanto quanto terciário;
- programas de estudos para adultos fora das empresas;
- migração de famílias e indivíduos, tendo em vista adequação às ofertas flutuantes de emprego.

Os resultados de Schultz foram animadores, ele verificou que a educação instalada cresceu aproximadamente 3% a.a. de 1929 a 1957, sendo que a participação da educação média cresceu mais que proporcionalmente. Percebeu também que a educação tem rendimentos decrescentes conforme aumenta o seu nível, porém é no ensino fundamental que se apresentam os maiores rendimentos. No geral, verificando-se sob uma ótica relativa, a educação no período considerado contribuiu para o aumento da renda *per capita* do trabalho entre 36% e 76% a.a. Schultz (1973).

Apesar dos resultados significativos de Schultz, ressalvas sejam feitas ao caráter de concorrência perfeita assumido para o mercado de trabalho, algo que nem sempre ocorre, e também, por não considerar a qualificação profissional incorporada em mulheres e crianças.

2.2.2 Edward Denison

Edward Denison teve como objetivo o cálculo da contribuição da educação escolar no crescimento econômico dos EUA, através do aumento da produtividade por hora de trabalho como medida de mensuração. Portanto, as melhorias estariam atreladas à melhor qualificação das pessoas, permitindo ao autor calcular a acumulação de capital humano via educação escolar nos EUA, Grã-Bretanha e Itália no período de 1910 a 1957.

A metodologia do estudo consistiu basicamente em calcular o nível educacional nos EUA de 1910 a 1957 mediante o número de anos (ou período) de escolaridade; estimar as diferenças na renda decorrentes da educação específica; estimar a participação da escolaridade no crescimento da produtividade; bem como, efetuar prognósticos sobre a acumulação futura no que se refere ao capital humano nos EUA, Grã-bretanha e Itália. (Mincer, 1974).

Os resultados aos quais ele chegou, demonstraram-se satisfatórios, visto que nos EUA, no período de 1910 a 1957, a educação instalada cresceu em cerca de 150%, bem como, os diferenciais de renda verificaram-se bastante significativos devido à educação. De modo geral, nos EUA, a participação do crescimento do capital humano no crescimento da produtividade foi em torno de 30% no período considerado.

De qualquer forma, como Schultz, Denison considera o mercado de trabalho como operante em um regime de concorrência perfeita, viesando algumas estimativas; desconsidera também a educação profissional e a qualidade da educação escolar, tampouco diferenciou os sistemas escolares.

2.2.3 Jacob Mincer

Mincer analisou a questão do capital humano sob um ângulo mais matemático ou econométrico:

buscando a correlação entre o investimento na formação do trabalhador e a distribuição de renda pessoal. A sua análise indicou que a decisão de despendar tempo para melhorar o desempenho no trabalho era resultante de uma escolha individual e racional. (SAUL, 2004, p. 232).

Os resultados colhidos indicaram que despendar tempo para melhorar o desempenho no trabalho era uma escolha individual e que diferenças nas ocupações eram resultantes de diferenças nas formações, quer de gênero ou de grau. Teixeira (2007) afirma a teoria de Mincer admitir a existência de uma heterogeneidade no trabalho, levada em conta na diferenciação salarial entre trabalhadores de produtividades distintas.

Jacob Mincer analisou a influência da educação escolar e pós-escolar sobre a renda individual, tudo isso mediante a construção de funções de renda para investimentos em capital humano escolar e pós-escolar. Os efeitos seriam tanto sobre a renda formal, quanto informal, englobando processos conhecidos como *Learning by doing* e *on the job training*, sempre tratando a renda como dependente dos anos de escolaridade. Segundo Mincer (1974), o capital formado na escola, continua a desenvolver-se depois da saída da escolaridade e com a

entrada no mercado de trabalho, ainda que o montante tenha a tendência de diminuir com o passar do tempo.

Os resultados aos quais ele chegou revelaram que a renda logaritimada cresce proporcionalmente aos anos de escolaridade cursados, já os investimentos em capital humano caem durante a vida ativa devido aos decréscimos na rentabilidade e conseqüentes custos de oportunidade elevados. A curva que relaciona a renda com a idade assume a forma de um 'U' inverso, pois conforme a idade avança, a renda cai.

Além de desconsiderar a qualidade da educação, Mincer pressupõe concorrência perfeita no mercado de trabalho, o que pode incorrer em erros. Além disso, explica as diferenças na renda apenas via tempo de educação; não reconhece o problema da conversão dos investimentos em capital humano; e desconsidera a distribuição de renda macroeconômica.

2.2.4 Gary Becker

Gary Becker foi quem deu corpo as teorias produzidas inicialmente por Mincer e Schultz, utilizando-se da mesma dinâmica do capital tradicional para o capital humano. Ou seja, haveria um rendimento futuro oriundo da qualificação despendida, representando a decisão racional de um indivíduo de efetuar investimentos em si mesmo, comparando os ganhos futuros aos dispêndios do presente; estaria seguindo o postulado neoclássico de sempre contrapor custos e benefícios, no sentido de decisões referentes à maximização da utilidade envolvida em decisões.

Quanto ao destino do capital humano formado, este é, segundo Becker (1964) alugado aos empregadores, sob a forma de estoque de capital produtivo, já que a própria expressão "Capital Humano" engloba trabalhadores incorporadores de habilidades que geram melhorias na produtividade e criatividade no trabalho, bem como redução de custos; porém muito raramente são utilizadas a seu próprio favor, mas sim, vendidas como força de trabalho

O autor estuda de forma aprofundada os benefícios gerados pelo capital humano, principalmente em sua obra-prima sobre o assunto: "Capital Humano: uma análise teórica e empírica, com referência especial à educação" (1964), nas qual elabora o conceito e

desenvolve uma teoria baseada, não apenas no indivíduo, mas no mesmo como integrante de uma família, sociedade, etc.

Como conceito de capital humano ele postula: “A inversão do talento como valor futuro, formação e informação às pessoas, as permite dar um maior rendimento e produtividade na economia moderna, aproveitando o seu talento”. (Becker, 1964).

Gary Becker concentrou-se também em analisar a influência da educação, mais especificamente a qualificação profissional, na própria firma e a relação da mesma com a renda. Nesta perspectiva focou-se na análise do equilíbrio entre custos e rendimentos creditados à qualificação na firma. Com isso, estudou-se o local de trabalho como fomentador da educação profissional geral e específica, bem como sua influência na distribuição de renda e capital na sociedade. A teoria considera as expectativas dos agentes no momento da tomada de decisão acerca de investir ou não em educação, escolhendo entre o custo de oportunidade envolvido e os benefícios que obterá no futuro.

Todo o processo metodológico consiste em: analisar os gastos e as receitas de uma firma devido à educação ou qualificação no local de trabalho; diferenciação da qualificação no local de trabalho em *geral e específica*; cálculo dos lucros das firmas em detrimento do nível de educação dos trabalhadores; análise dos aspectos que estimulam investimentos em capital humano; análise da distribuição de renda e capital humano na sociedade; e análise dos investimentos individuais em capital humano via função oferta e demanda. (Becker, 1964)

Os resultados aos quais ele chegou demonstram que:

- os rendimentos, normalmente, aumentam com a idade e em taxas decrescentes, tendendo a ser positivamente relacionados com o nível de qualificação do indivíduo;
- as taxas de desemprego tendem a ser inversamente relacionadas com o nível de qualificação;
- há um comportamento mais paternalista, por assim dizer, por parte das firmas dos países subdesenvolvidos com respeito a seus funcionários do que a observada em países desenvolvidos;
- pessoas mais jovens mudam de emprego com maior frequência e recebem mais treinamento e escolaridade do que pessoas mais velhas;

- a distribuição de rendimentos é positivamente inclinada dada a incorporação de habilidades, especialmente entre profissionais e outros trabalhadores qualificados;

- pessoas mais hábeis recebem mais treinamento;

- a divisão do trabalho é limitada pelo tamanho do mercado;

- o investidor típico em capital humano é mais impetuoso e mais propenso a errar do que o típico investidor em capital tangível, já que os resultados são variáveis, dados fatores externos, como dedicação, habilidade, etc.

Becker (1964) ainda diferencia *Treinamento Geral* e *Específico* como forma de os trabalhadores adquirirem suas qualificações na própria firma. O *Treinamento Geral* consiste em um treinamento dado pela firma, mas que não é particular desta, podendo ser adquirido em outra empresa da mesma forma. Esta situação provoca receio nos empregadores, pois o empregado qualificado na empresa pode abandonar o posto de trabalho utilizando sua qualificação como atrativo para concorrentes que paguem melhores salários.

O *treinamento específico* é bem mais direcionado, segundo Becker, pois prepara o trabalhador para uma função determinada, na empresa onde encontra-se empregado, diminuindo o deslocamento de funcionários entre as empresas. Portanto, a garantia de retorno para o empregador é maior e afasta as temerosas fugas do capital humano formado nos domínios da empresa.

A educação profissional geral é atraente para os trabalhadores uma vez que conduz à aumentos de renda, já a educação específica é mais atraente para as firmas, ocorrendo aumentos de produtividade sem incorrer em aumentos salariais. Becker atesta também, existirem alguns estímulos aos investimentos em capital humano, sendo estes: altas taxas de retorno, longo tempo de manutenção do emprego e progresso técnico. De qualquer maneira, com a crescente acumulação do capital humano, a demanda por este cai, resultando em um aumento nos custos de investimento neste segmento.

As críticas que podem ser feitas aos resultados de Becker concentram-se também no fato de ele assumir que o mercado de trabalho opera em concorrência perfeita, além de desconsiderar fatores conjunturais, como empresas e setores diversos, bem como sexo e idade dos trabalhadores na análise da renda.

2.3 Evolução

Antes da ascensão dos autores teóricos, aos quais creditamos a sustentação da teoria do capital humano, vale ressaltar as contribuições iniciais que permitiram tal posição. Depois de vistos os principais responsáveis pela difusão do capital humano na sua perspectiva teórica, importante é trazer à tona algumas ponderações de outros autores acerca do capital humano, desde os antecessores, até outras teorias que, de alguma forma, entrelaçam-se com o capital humano no quesito explicativo.

Nos clássicos tem-se que Adam Smith ressaltava a correlação entre o grau de educação e o desenvolvimento econômico no contexto da divisão social do trabalho. Para este autor, conhecimento tácito não era uma prerrogativa a ser levada a sério, mas sim, o aperfeiçoamento no próprio meio de produção o qual poderia tornar uma pessoa mais eficiente que outra.

Já na escola neoclássica, tem-se em Marshall uma âncora valiosa, pois, segundo ele: “o mais valioso de todos os capitais é aquele investido em seres humanos” e

nenhuma mudança seria mais conducente a um rápido aumento da riqueza nacional como uma melhoria das escolas, especialmente dos ginásios, desde que essa melhoria venha combinada com um sistema extensivo de bolsas de estudo que habilitem os filhos mais inteligentes de um trabalhador a subir gradualmente de uma a outra escola, até que tenham adquirido a melhor educação teórica e prática que a sua época é capaz de oferecer. Marshall (1982, p. 189).

Segundo Blaug (1985) apud Saul (2004), o economista neoclássico Irving Fisher, influenciado pela teoria de Walras, tinha como capital:

todo o conjunto de riquezas existentes em um determinado tempo e que possibilitam o fluxo de serviços nesse tempo, trate-se da terra, das máquinas, das matérias primas, de recursos naturais e das qualidades do homem. O fluxo de serviços durante um período de tempo consistiria na renda. Blaug (1985) apud Saul (2004)

Fisher concentrou seus estudos no que remete à escolha do indivíduo, no sentido de ser uma escolha temporal ou “Taxa de preferência temporal”, pois o indivíduo teria o custo de oportunidade de não despender nada com educação na atualidade para usufruir de seu rendimento atual:

Ela é o elemento que define a escolha de consumo presente e futuro do indivíduo. O indivíduo tem a renda presente e o fluxo de rendas futuras é certo. Quanto menos da renda presente ele consumir, mais ele acresce à renda futura. Ou seja, é um conceito de transferência de renda de hoje para uma data futura determinada. Dessa forma, a preferência temporal é o excedente (porcentagem) da utilidade marginal presente de uma unidade a mais de bens presentes sobre a utilidade marginal presente de uma unidade a mais de bens futuros. Blaug (1985) apud Fisher.

Na atualidade, a geração da riqueza baseada anteriormente na produção industrial, migra paulatinamente para a economia edificada no conhecimento; tradicionais fatores de produção, tais como a terra, o capital físico (máquinas, ferramentas) e o trabalho, deixam de ser os principais geradores de riqueza, sendo substituídos pelo conhecimento em um contexto de economia e desenvolvimento regional.

Confere-se ao capital humano uma característica reversa, por assim dizer, através da qual postula-se que o mesmo aumenta dada sua utilização, ou seja, constitui-se como a vantagem competitiva das organizações, conforme afirma Crawford (1994) e Staub (1991, p. 5) “a economia contemporânea se move em função da geração e incorporação de inovações. Na atualidade, deter conhecimento tecnológico conduz à dominação econômica e política.”

Já segundo Barros, Henriques e Mendonça (2002) a cadeia de efeitos propagados pelo capital humano dar-se-ia de modo a possibilitar mobilidade em última instância, pois é mutável e facilmente distributivo, comportando-se da seguinte maneira: o aumento da produtividade do trabalho contribui para o crescimento econômico, que por sua vez, contribui para o aumento dos salários e conseqüente redução da pobreza, culminando na promoção de maior igualdade e mobilidade social, uma vez que o ativo educação tem distribuição mais fácil que a maioria dos ativos físicos.

Portanto, a flexibilidade de adaptação local do capital humano é uma contraditória ‘vantagem e desvantagem’ para as firmas, uma vez que o trabalhador materializa um investimento e pode ser facilmente adquirido, tanto quanto perdido.

As raízes do capital humano como teoria transmitem um pouco do que o liberalismo postula, mas também vê-se ancorado em outras teorias sob as mais diversas formas de tratamento. Para Friedman “o investimento em educação é uma forma de investimento em capital humano precisamente análoga ao investimento em maquinaria, instalações ou outra forma qualquer de capital não humano. Sua função é aumentar a produtividade econômica do ser humano”. Crawford (1994) apud Friedman (1977).

Quanto às óticas sob as quais pode-se analisar o capital humano, como mencionado anteriormente, o capital humano pode ser relacionado tanto com os indivíduos, na perspectiva microeconômica da renda, como com a sociedade, na perspectiva macroeconômica do crescimento/desenvolvimento econômico e social, uma vez que também contribui, segundo Paes de Barros e Mendonça (1997), para a redução da mortalidade infantil, tamanho das famílias, expectativa de vida, e diminuição da violência.

Atendo-nos à parte microeconômica supracitada, vemos em Mincer o precursor da teoria sob este prisma, relacionando os anos de escolaridade às melhoras substanciais na renda, mediante a maior remuneração de indivíduos mais produtivos e instruídos.

Já quando nos voltamos para o lado macroeconômico, o pensamento torna-se mais complexo e detalhado quanto aos seus benefícios, que podem ser: o incremento no nível educacional, que mediante a produção de novas tecnologias, gera inovações nos produtos ou nos processos produtivos ou; o aumento na habilidade dos indivíduos, capacitando-os a lidar melhor com a tecnologia/capital físico disponível na contemporaneidade de suas funções. Quando se trata do primeiro aspecto podemos ressaltar os trabalhos de Mankiw, Romer e Weil (1992) e Romer (1986) que defendem o crescimento no longo prazo como consequência de aumentos de produtividade, decorrentes, por sua vez, de progressos tecnológicos a acumularem capital humano

O progresso tecnológico seria decorrente dos esforços despendidos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) das empresas, movidas pelas expectativas crescentes de lucro através das inovação em produtos/processos. Romer (1986) faz ressalvas, no entanto, à qualidade da educação adquirida, a qual pode ser dividida entre a produção e a pesquisa, ou seja, indivíduos qualificados dedicados ao manuseio da tecnologia e, indivíduos qualificados dedicados à produção da mesma. Portanto, ele chega a uma conclusão sintética e pontual sobre os efeitos do capital humano: a taxa de crescimento da economia é determinada pela produção de idéias e pela taxa de crescimento dos pesquisadores.

O que se refere ao segundo aspecto, está atrelado à Lucas (1988), o qual trata a mão-de-obra como heterogênea, já que o grau de qualificação de diferentes indivíduos não segue o mesmo vetor de acumulação, necessitando de investimento em capital humano para equalizar a produtividade de modo geral. O autor endossa o pensamento de Mincer no que se refere à relação entre o rendimento por trabalhador e os anos de escolaridade. Lucas também considera as variações no crescimento do PIB e diferenças entre o PIB *per capita* como variáveis explicadas pelo nível de tecnologia existente em cada país.

Seu modelo trata de uma economia aberta, portanto, as migrações emergem como uma alternativa ao excesso/escassez de mão-de-obra qualificada em determinadas regiões, seguindo a lógica da maior remuneração. Explicação plausível para o fato de alguns países terem taxas de crescimento maiores, embora não invistam proporcionalmente em capital humano.

1.2.1 Modelo de Solow

Em meados dos anos 50, Robert Solow surgiu com um estudo objetivando avançar na compreensão do porquê de alguns países serem ricos e desenvolvidos, enquanto outros definham no subdesenvolvimento. O autor analisou, para tal, elementos explicativos do desenvolvimento econômico, como os fatores “capital e trabalho”. Na idéia de Mankiw (2003), o modelo de crescimento de Solow foi construído para mostrar a interação entre o crescimento da força de trabalho, do estoque de capital e os avanços tecnológicos em uma economia, bem como, tal força afeta a produção total de bens e serviços de um país no longo prazo.

Embora a análise do crescimento sustentado no modelo de Solow exigisse a inclusão da variável progresso tecnológico, uma vez que, ao longo da trajetória do crescimento equilibrado, o produto por trabalhador e o capital por trabalhador crescem à taxa de progresso técnico, de modo a confirmar que o mesmo gera crescimento *per capita* sustentado. Solow não considera o capital humano como tal em sua função, tampouco o caráter endógeno da tecnologia.

Mesmo que o modelo parecesse razoável na explicação do crescimento da economia, ele negligencia a variável que poderia conferir maior fineza aos resultados, o capital humano. Este foi incluído no modelo após análises, e denominado “Resíduo de Solow”, associado pela literatura ao nível de tecnologia de determinada economia, sendo o principal responsável pelo crescimento do produto que não é explicado pelo aumento das forças capital e trabalho.

Schultz (1973) critica a exogeneidade e constância da tecnologia nos modelos; já Solow, embora postule ser exógena a tecnologia, considera-a não constante, pelo contrário, seu progresso é que determinaria a sustentabilidade do crescimento.

Segundo o estudo de Mankiw, Romer e Weil (1990), “*Uma contribuição empírica à economia do crescimento*”, quando a acumulação de capital humano é considerada, a acumulação de capital físico e o crescimento populacional exercem grande impacto sobre a

renda. A acumulação de capital humano pode ser correlacionada com as taxas de poupança e taxas de crescimento populacional, sugerindo que a omissão do capital humano no modelo de Solow pode viesar os coeficientes originalmente envolvidos, como poupança e crescimento populacional.

Portanto, os três autores, postulam que, respeitadas as alterações deles aos modelos, o produto é uma função do capital físico, humano e do trabalho, e é usado para investimentos em capital físico, humano e consumo.

Alguns autores, no entanto, invertem a causalidade em seus modelos, creditando à renda as variações nos investimentos em capital humano. Por exemplo, Freire-Serón (2001) o fez e concluiu que o nível de renda tem um efeito significativamente positivo sobre o processo de acumulação de capital humano. O crescimento é, portanto, beneficiado pelo nível educacional da população, a qual é responsável por uma rápida absorção da tecnologia avançada em países desenvolvidos, nos quais a sua elevada renda influi no quanto se investe em educação, sendo esta, muitas vezes, forma de consumo.

Outra característica facilmente observável em países desenvolvidos é a baixa taxa de fertilidade ou famílias menores, as quais têm altos retornos em capital humano investido por filho, uma vez que investem muito em cada membro, aumentam também a concentração de capital físico na região na qual se situam. Barro (2001) é confluente com esse postulado, afirma que “o capital humano tem efeitos positivos sobre o investimento físico e o crescimento econômico, já efeito negativo sobre a fertilidade”.

2.3.2 Teoria do Crescimento Endógeno

Nos anos 1980 surge nos meios acadêmicos americanos a Teoria do Crescimento Endógeno, como uma nova forma de pensar o desenvolvimento econômico, bem como as prioridades de governos e órgãos responsáveis por tais diretrizes. O que define a dinâmica destas teorias é a adoção de variáveis, até então, consideradas exógenas, como sendo endógenas aos modelos, desta característica deriva a nomenclatura “crescimento endógeno”.

O economista Paul Romer, formaliza essa idéia, estabelecendo a relação do capital humano com o crescimento baseado no conhecimento, formulando o conceito de crescimento endógeno. Segundo Western (2006), o estudo do crescimento e desenvolvimento regional, ancorado pela teoria do crescimento endógeno, colocam novos paradigmas na macroeconomia a partir de 1990 quando Romer surge com esse conceito, o papel das expectativas teve

grandes influência nas teorias do crescimento e análise do crescimento e meios de estimulá-lo regionalmente.

Para Romer (1990), o crescimento ser ditado pelas mudanças tecnológicas assenta-se sob duas premissas básicas:

- A endogeneidade da tecnologia, pois resulta de ações intencionais que são respostas ao que está ocorrendo no mercado. Isso significa que existe uma causalidade a determinar a tecnologia, não apenas o fato de ela ser estática ou independente dos agentes participantes do mercado;

- A mudança tecnológica serve como incentivo para a acumulação de capital, e ambas juntas, contribuem para o incremento do produto por trabalhador.

- O caráter intrínseco da tecnologia, em outras palavras, a sua função no modelo, é de cunho produtivo, ou seja, é avançar na instrução de como misturar matérias-primas de modo a produzir produtos mais sofisticados.

O que se acresce ao Modelo de Solow, analisando-se o Modelo de Romer, é que o último descreve a combinação dos estoques de capital e trabalho com base no estoque de idéias. Tal endogeneidade ao modelo, por tratar da formação de capital e pesquisa, também incorre em custos, os quais são sensíveis à taxa de juros.

As conclusões de Romer acerca do porquê de o crescimento ser distinto entre as nações, deve-se ao fato de que países com baixos níveis de capital humano explicam o minguante crescimento em economias não desenvolvidas. O autor ainda defende a relevância qualitativa da educação e não apenas a correlação atrelada aos anos de estudo quando se fala em escolaridade e sua relação com o crescimento.

No pensamento de Bresser-Pereira (2006), o desenvolvimento econômico é caracterizado pelo aumento da produtividade ou da renda por habitante, juntamente com o processo de acumulação de capital e progresso técnico. O que determina o desenvolvimento, segundo ele, é a taxa de acumulação de capital em relação ao produto nacional e a capacidade de incorporação de progresso técnico à produção.

A teoria do capital humano entra, neste sentido, como patrocinadora da transformação tecnológica, por assim dizer, a qual ocupa grande destaque como carro-chefe das estratégias de desenvolvimento econômico a nível global pensado pelas agencias responsáveis. Entra também, com o conceito de conhecimento que, para Birkner (2006) “o capital humano é resultante de uma soma de qualidades individuais expressas pelo conhecimento e capacitação

técnica que se aplicam na produção, logo sendo um importante recurso para a acumulação de capital”.

Em suma, o modelo endógeno e a teoria do capital humano como um todo está muito atrelada ao que se espera da conjuntura econômica futuramente, por exemplo, altas taxas esperadas de avanço tecnológico aumentam o investimento em capital humano, aumentando o crescimento da renda e do capital humano, efetivamente. Já a incerteza quanto ao ambiente, conduz à um receio maior em despendar recursos para a formação e tecnologia. Portanto, vê-se no Estado o agente fundamental para conduzir os ajustes frente às incertezas atreladas à mudança tecnológica.

2.3.3 Expectativas racionais

A teoria das expectativas racionais juntou-se à idéia de capital humano em 1998, com os estudo de Robert Lucas, o qual segundo Machado (2007), postula que os integrantes do mercado não desprezam a informação ou as previsões na economia, mas sim, buscam antecipar-se, formando expectativas sobre o futuro. A competitividade inerente à dinâmica capitalista reflete-se, portanto, na teoria do capital humano, como

a única maneira para os trabalhadores na sociedade do conhecimento manterem suas aptidões, perícia, saber e atuarem efetivamente como capital humano é se comprometendo com um aprendizado contínuo e vitalício, o que afetará todos os trabalhadores, tanto como indivíduos quanto como empregados ou empregadores.” Crawford (1994, p. 44)

O resultado do investimento em capital humano, não pode ser observado desconexo com o investimento em capital físico, para Silva (2006), não há outra forma de uma nação se desenvolver, senão mediante a acumulação conjunta de capital físico (poupança e investimento) e capital humano (educação ou formação). Reitera também, a ligação estreita entre o capital humano e o investimento em educação, estando estes ligados tanto no campo social quanto econômico.

No entanto, vê-se no capital humano uma responsabilidade maior na condução do carro-chefe chamado desenvolvimento econômico e social, pois dados empíricos sustentam a prerrogativa de este ser o condutor do progresso técnico, da competitividade, do crescimento sustentável, do bom governo e da estabilidade democrática. (Kliksberg, 1999, p.87).

2.3.4 Capital social

A partir do capital humano surge um conceito, largamente utilizado atualmente, como forma de disseminação do primeiro, por assim dizer. O capital social, faz-se valer de relações entre indivíduos, no sentido de proporcionar uma espécie de intercâmbio entre estes por meios de suas experiências, materializadas como capital humano.

Como diz Birkner (2006), o capital social é um expediente que pode ser utilizado para a produção e o acúmulo de capital, cuja fonte seriam as instituições criadas pelos indivíduos, mediante um incremento do capital humano, a partir de suas relações sociais. Como principais teóricos tem-se Pierre Bourdieu, James Coleman e Robert Putnam.

Segundo Saul (2008, p. 144) Coleman tinha que o conceito de capital social, seria

A definição de capital social é dada pela sua função, isto é, a criação de capital humano, e suas fontes correspondem basicamente a expectativas e à confiabilidade nas estruturas sociais, às redes e às informações e ao cumprimento de regras e acolhimento de sanções preestabelecidas pelas estruturas sociais.

Para os estudos do desenvolvimento, na atualidade, está-se, segundo Kliksberg (1999) incorporando uma série de variáveis ao estudo do desenvolvimento econômico que não eram contempladas na totalidade das teorias precedentes. O que seria, segundo eles, negligenciar resultados ou efeitos multiplicadores do capital social para o capital humano. Birkner (2006, p. 15) afirma “Muitos autores têm se referido ao conceito de capital social, atribuindo a esse fenômeno uma importância, algumas vezes, decisiva como fator propulsor do desenvolvimento.”

Ancorado ao fato de a inovação e a tecnologia serem os eixos dos processos de desenvolvimento econômico, vê-se que a formação do capital humano está intimamente ligada à produção de tecnologia e sua transferência entre as camadas da sociedade a se desenvolver. Por isso, o capital social, além de estar alinhado à isto, no sentido de mudança estrutural do capital humano, permite que sociedades e arranjos social estejam absorvendo conhecimento, moldando-os de acordo com seus próprios anseios e anseios do sistema social no qual estão inseridos. Para Saul (2008, p. 155)

O conceito de capital social, tal como definido originalmente por Coleman, isto é, pela sua função na criação de capital humano, é um produto típico da assim chamada „sociedade do conhecimento“ ou „sociedade da informação“.

A expectativa mais plausível em relação à este comportamento dos indivíduos é que, as instituições se antecipem às transformações delineadas por algum comportamento de massa

inerente, pois o capital social pertence à uma coletividade e quanto mais freqüente for seu uso, mais valorizado será. As instituições cumprem, portanto, um papel de suma importância para o desenvolvimento de um todo, de uma forma mais nivelada e conduzida.

Diante do apresentado até o momento, arrisca-se uma correlação perfeita entre capital humano/social e o crescimento da renda *per capita* em uma determinada região, entende-se extremos como nações ou municípios.

2.3.5 Papel das Instituições

As universidades e institutos de pesquisa difundem, de modo a propagar os efeitos da formação para além dos próprios indivíduos freqüentadores, mediante um arcabouço de relações sociais, surgindo o conceito que emerge do capital humano, o capital social, como descrito na seção anterior. Portanto, vê-se como sendo, em países desenvolvidos, estas instituições as principais responsáveis por conduzir o progresso e desenvolvimento econômico. Entretanto, segundo Bresser-Pereira (2008) “há que existir mudanças na estrutura, na cultura e nas instituições da sociedade, de forma que é impossível analisá-lo apenas do ponto de vista econômico”.

As instituições, em especial, as universidades, são as principais responsáveis pela produção e desenvolvimento do capital humano em uma sociedade, e portanto, contribuem intensivamente para o desenvolvimento regional, pois transmitem e conservam toda uma herança de idéias e valores que promovem o desenvolvimento do ser humano ‘individual’ e da sociedade da qual faz parte.

Sobre a disposição entre os capitais físico e humano, bem como a proporção certa que ambos devem respeitar, Bresser-Pereira (2008) postula que o desenvolvimento econômico está intimamente ligado à interação do capital físico com o humano, que a harmonia entre estes deve ser respeitada para não haver desemprego, caso um torne-se mais abundante que o outro. Embora haja a tendência, nos países industrializados de que o capital físico seja superior ao humano, apesar de muita ênfase ser dada à formação do capital humano.

Neste contexto, cabe mencionar a NEI (Nova Economia Institucional), a qual analisa como as instituições interagem com arranjos organizacionais e diferentes modos de governança. Embora as instituições estivessem fora dos principais modelos de funcionamento de mercado para os neoclássicos, Douglas North (1989) reitera a relevância das instituições no desempenho econômico. Sob este prisma, os novos institucionalistas crêem ser o

desenvolvimento econômico um reflexo do processo de desenvolvimento das instituições, defendendo a sua incorporação aos modelos de crescimento/desenvolvimento.

O aparato estatal envolvido, como políticas de incentivo do governo, número de instituições públicas de ensino comprometidas com a qualidade, entram em jogo e podem comprometer ou alavancar as interações condicionantes do processo.

Temas que envolvam a institucionalidade estão sendo muito difundidos na atualidade, e envolvem principalmente laços como a organização das instituições educacionais, melhora de condições correlatas, como saúde, meio-ambiente, bem-estar social, redução da violência. Tais assuntos “exigem pesquisa constante, experimentação, comparações internacionais e avaliação permanente, que só existirão se houver uma comunidade de especialistas educados em boas universidades, com apoio para suas pesquisas e a capacidade de transitar entre o mundo do governo e o da academia, e um serviço público bem-estruturado” (SCHWARTZMAN, 2004).

A universidade, em toda sua relevância, por mais que seja defendida a postura de formadora do capital humano, da tecnologia e afins, ela forma o pensamento, a filosofia de vida de uma sociedade, ela passa do profissional para o moral, social, individual e deixa como secundário o repasse de conhecimentos armazenados anteriormente.

3 - PANORAMA DO CAPITAL HUMANO NA MESORREGIÃO DO VALE DO ITAJAÍ

3.1 Introdução

A região a ser tratada no presente trabalho é considerada uma das mais industrializadas e desenvolvidas do Estado de Santa Catarina, também conhecida como Vale Europeu, haja a vista a predominância de imigrantes, especialmente os de origem alemã. Por isso, a região é denominada “a mais alemã do Brasil”. Dentre seus costumes pode ser ressaltado seu laborioso e fecundo trabalho, responsável por conferir o *status de pólo industrial* à região.

A colonização iniciou-se no século XIX, com a chegada dos primeiros colonizadores em meados de 1820, no entanto, em grande número a partir de 1850. A agricultura era a atividade principal, com os lotes de terras recebidos puderam subsistir às adversas condições iniciais e transformar suas pequenas colônias em importantes cidades, como Blumenau, por exemplo.

A região destaca-se, em especial pela indústria têxtil com enfoque maior às linhas de cama, mesa, cristais e porcelanas. Destaca-se, por sua vez, a Oktoberfest, como a maior festa alemã fora da Alemanha, alternativa da cidade de Blumenau frente às cheias de 1983 e 1984, quer fosse como forma de arrecadação de fundos para reconstrução do que fora destruído pelas cheias do rio que cede seu nome à região, ou simplesmente para recuperar a auto-estima da população preocupada com o futuro da região.

Dentre o rol de cidades que compõem a região, devido enfoque deve ser dado à algumas de ímpar contribuição: Brusque, como forte centro comercial no que diz respeito à roupas, artigos de cama, mesa e banho, sua cultura alemã destaca a Fenarreco (Festa Nacional do Marreco) como festa típica no mês de outubro.

No litoral, vêem-se realidades distintas em municípios vizinhos, como Balneário Camboriú e Itajaí, a primeira com uma infra-estrutura luxuosa de atrações, boates, restaurantes e hotéis, destaca-se como uma área nobre de imóveis supervalorizados e como a maior concentração populacional urbana do sul do Brasil no verão; já Itajaí, como importante cidade portuária (maior porto pesqueiro e único píer exclusivamente turístico do Brasil), e sede da maior universidade do Estado, bem como, sua vizinha Navegantes, sede do aeroporto

da região e do mais novo porto, situado na margem oposta ao Porto de Itajaí, o *Portonave* (de posse da iniciativa privada). Raitz (2010).

A mesorregião do Vale do Itajaí compreende 4 microrregiões: Blumenau, Itajaí, Rio do Sul e Ituporanga, as quais concentram uma população estimada de 1.452.070 habitantes, em uma área de 13.003.018 Km² (IBGE, 2010). Já o PIB *per capita* é de R\$ 11872,07 (IBGE, 2007)

A microrregião de Blumenau compreende os municípios de: Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Luis Alves, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó. Já a Microrregião de Itajaí os municípios de: Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Barra Velha, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itapema, Navegantes, Penha, Porto Belo e São João do Itaperiú. A Microrregião de Rio do Sul, compreende os municípios de: Agronômica, Aurora, Braço do Trombudo, Dona Emma, Ibirama, José Boiteux, Laurentino, Lontras, Mirim Doce, Pouso Redondo, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Salete, Taió, Trombudo Central, Vitor Meirelles e Witmarsum. Por último, a Microrregião de Ituporanga, compreende o menor número de municípios: Agrolândia, Atalanta, Chapadão do Lageado, Imbuia, Ituporanga, Petrolândia e Vidal Ramos.

3.2 Perfil do emprego e renda

Como no presente trabalho tem-se o objetivo de evidenciar a necessidade de haver maiores investimentos no ensino superior público na mesorregião, haja vista a relevância da formação de capital humano qualificado para o aumento da produtividade e a própria constituição no PIB e renda do estado de Santa Catarina, analisemos o quadro recente que se apresenta na questão do emprego e da renda na região, em comparação ao contexto das demais. Será analisada a série mais recente apenas para demonstrar em que patamar encontram-se as regiões, bem como a posição que ocupam atualmente. Posteriormente, quando dos quesitos relacionados à escolaridade, serão analisadas séries mais longas, com o objetivo de visualizar um comportamento tendencial.

Na Tabela 1 pode-se visualizar a sazonalidade do emprego no Estado de Santa Catarina, de acordo com as mesorregiões, entre o período de setembro de 2009 e agosto de 2010. A Mesorregião do Vale do Itajaí contribuiu com 26,8% da criação de novos empregos, seguida da região Norte com 23,7 %. Quando se analisa o número absoluto, respectivamente

28813 e 25468, percebe-se um aumento significativo nos postos de trabalho, considerando-se um período curto, de apenas 11 meses.

No entanto, a região Serrana registrou um número bem abaixo da média estadual, com um saldo de apenas 4204 (3,9%). Isso deve-se principalmente à forte agricultura na região, ou seja, não há grande volatilidade nos empregos, e a informalidade é significativamente maior. Importante ressaltar que a pesquisa feita pelo SINE/SC considera apenas a situação dos trabalhadores formais, portanto, há uma explicação plausível para as mesorregiões do Vale do Itajaí e Norte terem saldos maiores, pois a maioria é empregada nas grandes indústrias de seus respectivos pólos, não havendo representativo contingente de trabalhadores informais.

Tabela 1: Flutuação do emprego (formal) nas mesorregiões de Santa Catarina – setembro de 2009 à agosto de 2010

Mesorregião	Admitidos	Demitidos	Saldo	Contribuição (%)
Vale do Itajaí	314.722	285.909	28.813	26,8
Norte	207.713	182.245	25.468	23,7
Grande Fpólis	195.415	176.240	19.175	17,8
Oeste	171.726	156.470	15.256	14,2
Sul	122.684	107.958	14.726	13,7
Serrana	50.905	46.701	4.204	3,9
Total	1.063.165	955.523	107.642	100

Fonte: Raitz (2010) apud Caged/MTE. Elaboração do autor

Analisando-se cada microrregião detalhadamente, pode-se verificar quais municípios tem a maior contribuição no saldo positivo de emprego, analogamente, quais os que estão contratando menos ou que apresentam mais demissões que admissões.

Na microrregião de Blumenau, tem-se que a própria cidade tenha contribuído com quase 50% da geração de empregos da microrregião, seguida de Brusque, com 18,5%. Já o município de Apiúna apresentou saldo negativo, embora sua participação no todo seja incipiente em números absolutos, demitiu mais que admitiu no período considerado.

Tabela 2: Flutuação do emprego formal na microrregião de Blumenau (Setembro de 2009 a agosto 2010)

Admitido				
Municípios	s	Demitidos	Saldo	Contrib. (%)
Apiúna	1553	1623	-70	-0,4
Ascurra	1219	1133	86	0,5
Benedito Novo	1571	1466	105	0,6
Blumenau	81529	73701	7828	46,6
Botuverá	731	496	235	1,4
Brusque	26564	23456	3108	18,5
Doutor Pedrinho	471	422	49	0,3
Gaspar	13506	12256	1250	7,4
Guabiruba	2422	1878	544	3,2
Indaial	14147	12708	1439	8,6
Luis Alves	2149	1863	286	1,7
Pomerode	5524	4878	646	3,8
Rio dos Cedros	1418	1322	96	0,6
Rodeio	1745	1573	172	1,0
Timbó	9167	8138	1029	6,1
Total	163716	146913	16803	100,0

Fonte: Raitz (2010) apud Caged/MTE. Elaboração do autor

Na microrregião de Itajaí, verificou-se uma grande contribuição de Balneário Camboriú, Itajaí e Itapema, com 27,7%, 25,6% e 17,2%, respectivamente. A cidade de Itajaí encontra-se nessa posição devido ao potencial portuário e centro de logística de diversas empresas, entre elas a BR Foods e WEG. Já Balneário Camboriú e Itapema, destacam-se pela infra-estrutura turística que exige recursos humanos no comércio, hotelaria, gastronomia e serviços em geral.

Tabela 3: Flutuação do emprego formal na microrregião de Itajaí (setembro de 2009 a agosto 2010)

Municípios	Admitidos	Demitidos	Saldo	Contrib.(%)
Balenário Camboriú	29609	27954	1655	25,6
Barra Velha	2118	1754	364	5,6
Bombinhas	2802	2845	-43	-0,7
Camboriú	4664	4207	457	7,1
Ilhota	1636	1343	293	4,5
Itajaí	46515	44719	1796	27,7

Itapema	7466	6352	1114	17,2
Navegantes	7540	7337	203	3,1
Penha	3281	2812	469	7,2
Porto Belo	2367	2232	135	2,1
São João do Itaperiú	352	321	31	0,5
Total	108350	101876	6474	100,0

Fonte: Raitz (2010) apud Caged/MTE. Elaboração do autor

Nas duas últimas microrregiões analisadas, tabelas 4 e 5, percebe-se uma participação pequena a nível mesorregional, pois ainda mantém forte a agricultura e demais funções que evidenciam uma maior informalidade. Ressalvas sejam feitas à cidades maiores como Rio do Sul, com 44% de participação em sua microrregião. Já na microrregião de Ituporanga, a própria cidade e Agrolândia despontam com as maiores contribuições, 29,6% e 60,2%. A questão que se apresenta, é a similaridade com a região serrana, no que tange os municípios pequenos, pois os maiores saldos não chegam a 500, salvo Rio do Sul, com 2068.

Tabela 4: Flutuação do emprego formal na microrregião de Rio do Sul (setembro de 2009 a agosto 2010)

Municípios	Admitido			Contrib. (%)
	s	Demitidos	Saldo	
Agronômica	520	378	142	3,1
Aurora	228	209	19	0,4
Braço do Trombudo	575	306	269	5,8
Dona Emma	504	403	101	2,2
Ibirama	2816	2817	-1	0,0
José Boiteux	414	380	34	0,7
Laurentino	826	675	151	3,3

Lontras	1751	1529	222	4,8
Mirim Doce	254	187	67	1,4
Pouso Redondo	2304	1981	323	7,0
Presidente Getúlio	2633	2336	297	6,4
Presidente Nereu	51	46	5	0,1
Rio do Campo	286	305	-19	-0,4
Rio do Oeste	716	580	136	2,9
Rio do Sul	15674	13606	2068	44,6
Salete	885	735	150	3,2
Taió	2286	1973	313	6,7
Trombudo Central	879	641	238	5,1
Vitor Meirelles	305	244	61	1,3
Witmarsum	450	386	64	1,4
Total	34357	29717	4640	100,0

Fonte: Raitz (2010) apud Caged/MTE. Elaboração do autor

Tabela 5: Flutuação do emprego formal na microrregião de Ituporanga (setembro de 2009 a agosto 2010)

Municípios	Admitidos	Demitidos	Saldo	Contribuição (%)
Agrolândia	1956	1584	372	60,2
Atalanta	190	178	12	1,9
Chapadão do Lageado	56	20	36	5,8
Imbuia	231	298	-67	-10,8
Ituporanga	2914	2731	183	29,6
Petrolândia	284	252	32	5,2
Vidal Ramos	356	306	50	8,1
Total	5987	5369	618	100,0

Fonte: Raitz (2010) apud Caged/MTE. Elaboração do autor

2.2.2 Emprego segundo a escolaridade

Para que se entenda a dinâmica assumida pelo emprego na Mesorregião do Vale do Itajaí, faz-se necessário verificar algumas tendências do emprego no estado como um todo, para com isso visualizar em que medida a baixa escolaridade está expulsando, e paralelamente, a maior escolaridade esta absorvendo recursos humanos nos postos de trabalho.

Na Tabela 6 pode-se observar o comportamento do emprego (admissões contrapostas às demissões), discriminado segundo o grau de escolaridade, tendo como base uma série com intervalo de 14 anos, entre 1990 e 2004.

Com isso pode-se ver a grande variação que se delineou durante o período: um crescimento negativo de recursos humanos empregados com grau de escolaridade correspondente ao Ensino Fundamental Incompleto, um aumento substancial número de contratados com o Ensino Médio completo, 246% no total; e um aumento significativo para os que têm curso superior incompleto ou completo, sendo o último, o maior contingente. Neste quesito observa-se um aumento muito maior nas contratações femininas, enquanto a variação percentual do sexo masculino foi de 98,9 %, o do sexo feminino foi de 197,9, evidenciando uma realidade cada dia mais presente, pois o ingresso da mulher no mercado de trabalho exige das mesmas mais qualificação que dos homens.

Tabela 6: Variações no emprego formal em Santa Catarina discriminado por sexo e escolaridade (1990 e 2004)

GRAU DE INSTRUÇÃO	1990			2004		
	MASC.	FEMIN.	Total	MASC.	FEMIN.	Total
Analfabeto	10.684	4.468	15.152	3.640	1.594	5.234
4ª Série Incompleta	54.527	17.503	72.030	29.671	11.700	41.371
4ª Série Completa	145.983	62.364	208.347	86.235	44.021	130.256
8ª Série Incompleta	99.118	45.851	144.969	117.143	57.397	174.540
8ª Série Completa	96.792	50.504	147.296	190.279	104.867	295.146
2º Grau Incompleto	40.211	24.629	64.840	92.546	54.025	146.571
2º Grau Completo	59.134	55.659	114.793	219.910	177.314	397.224
Superior Incompleto	14.358	10.170	24.528	30.158	29.360	59.518
Superior Completo	35.461	28.924	64.385	70.522	85.865	156.387
Ignorado	3.367	1.816	5.183	0	0	0
Total	559.635	301.888	861.523	840.104	566.143	1.406.247

GRAU DE INSTRUÇÃO	Variação Absoluta			Variação(%)		
	2004/1990			2004/1990		
	MASC.	FEMIN.	Total	MASC.	FEMIN.	Total
Analfabeto	-7.044	-2.874	-9.918	-65,9	-64,3	-65,5
4ª Série Incompleta	-24.856	-5.803	-30.659	-45,6	-33,2	-42,6
4ª Série Completa	-59.748	-18.343	-78.091	-40,9	-29,4	-37,5
8ª Série Incompleta	18.025	11.546	29.571	18,2	25,2	20,4
8ª Série Completa	93.487	54.363	147.850	96,6	107,6	100,4
2º Grau Incompleto	52.335	29.396	81.731	130,2	119,4	126,1
2º Grau Completo	160.776	121.655	282.431	271,9	218,6	246,0
Superior Incompleto	15.800	19.190	34.990	110,0	188,7	142,7
Superior Completo	35.061	56.941	92.002	98,9	196,9	142,9
Ignorado	-3.367	-1.816	-5.183	-100,0	-100,0	-100,0
Total	280.469	264.255	544.724	50,1	87,5	63,2

Fonte: MTE – Rais/1990-2004 – Relação Anual de Informações Sociais. Elaboração: SINE/SC

Depois de vista a variação no período acima considerado, na Tabela 7, tem-se, para o ano de 2005, a diferença salarial entre homens e mulheres de acordo com o nível de escolaridade dos mesmos. O salário dos indivíduos do sexo masculino é sempre maior percentualmente, no entanto, ressalvas sejam feitas aos níveis mais altos de escolaridade, nos quais o nível pode variar 37% em favor dos homens quando se está considerando indivíduos com Ensino Superior completo.

Tabela 7: Remuneração média e diferencial salarial na contratação entre os gêneros segundo a escolaridade (janeiro a dezembro de 2005)

ESCOLARIDADE/SEXO	REMUNER.	DIFERENCIAL
	ADMITIDOS	SALARIAL(%)
Fundamental		
Incompleto		
Masculino	454,96	
Feminino	372,48	-18,13
Fundamental Completo		
Masculino	494,63	
Feminino	396,38	-19,86
Médio Incompleto		
Masculino	456,25	
Feminino	389,68	-14,59
Médio Completo		
Masculino	548,05	
Feminino	449,18	-18,04
Superior Incompleto		
Masculino	713,11	
Feminino	560,29	-21,43

Superior Completo	Masculino	1.565,38	
	Feminino	985,52	-37,04
Total	Masculino	535,24	
	Feminino	457,07	-14,60

Fonte: MTE –CAGED. Elaboração: SINE/SC

Para uma melhor visualização das tendências no quesito contratação, ou seja, o quanto a qualificação está tornando-se mais requisitada ao longo do tempo, faz-se uma análise gráfica que vai de 1990 até 2004.

No primeiro gráfico, vê-se uma participação muito grande de pessoas contratadas que tenham apenas as séries iniciais do Ensino Fundamental completo, seguido pelas séries finais do mesmo segmento, ensino médio e superior como minorias.

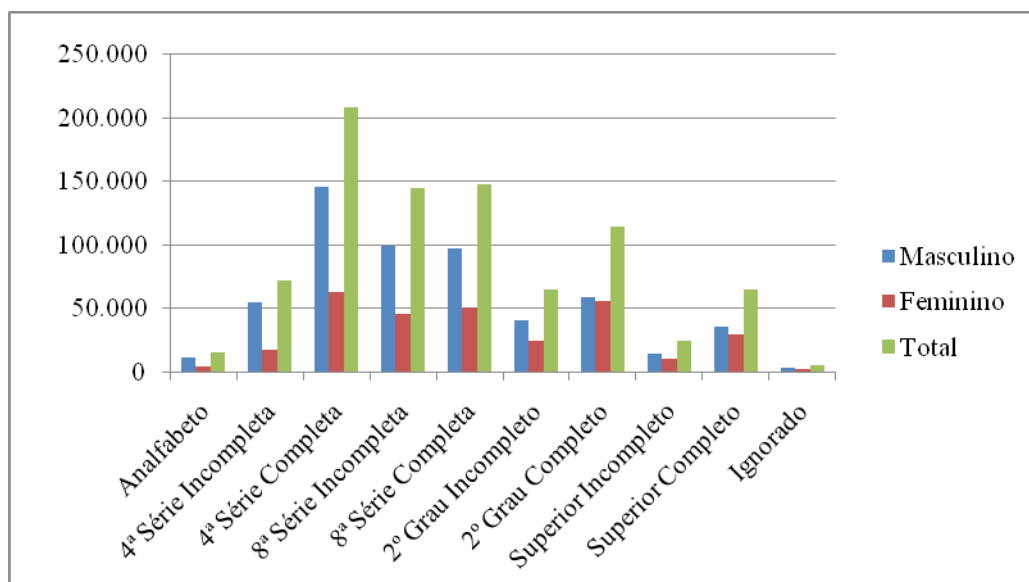


Gráfico 1: Número absoluto de contratados segundo sexo e escolaridade em Santa Catarina (1990).

Fonte: Sine/SC apud CAGED/MTE. Elaboração do autor

No ano de 1995, houve uma acensão significativa do contingente com o Ensino Fundamental (séries finais) completo, bem como crescimento nos contratados com Ensino Médio Completo e Superior, em relação à 1990.

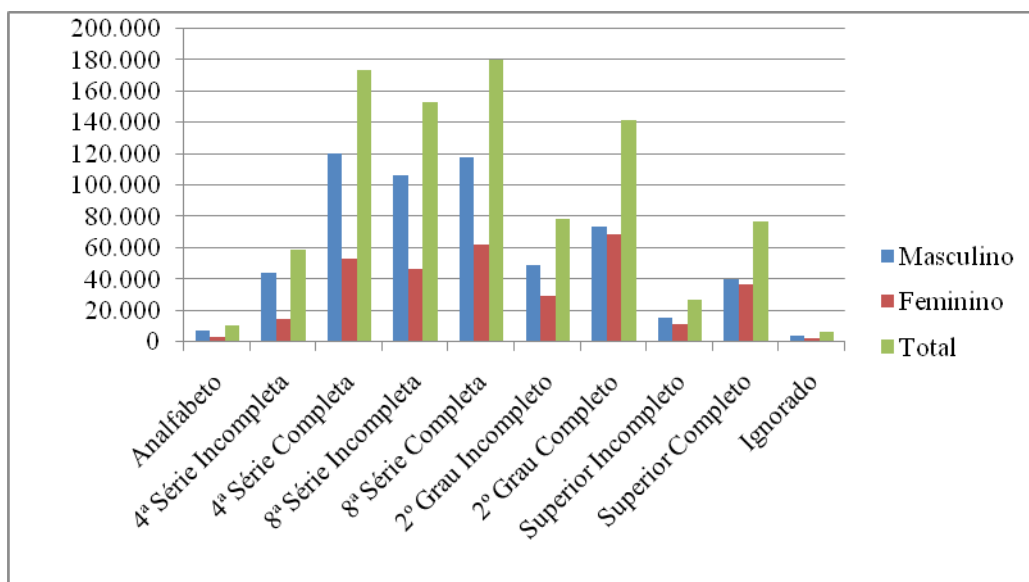


Gráfico 2: Número absoluto de contratados segundo sexo e escolaridade em Santa Catarina (1995).

Fonte: Sine/SC apud CAGED/MTE. Elaboração do autor

No Gráfico 3 percebe-se um grande aumento nos contratados com Ensino Fundamental completo, grande diminuição dos mesmos com escolaridade inferior e aproximação significativa dos que tinham o Ensino Médio completo.

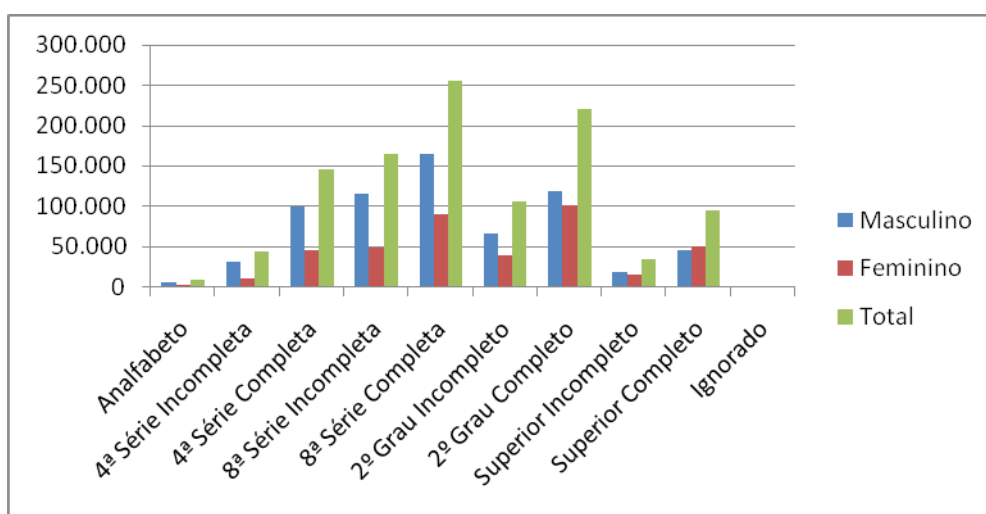


Gráfico 3: Número absoluto de contratados segundo sexo e escolaridade em Santa Catarina (2000).

Fonte: Sine/SC apud CAGED/MTE. Elaboração do autor

No Gráfico 4, o número de contratados com Ensino Médio completo passa a ser maioria, com quase 100000 contratações a mais, o ensino Superior cresce em todas as séries em números absolutos, porém não atinge a maioria.

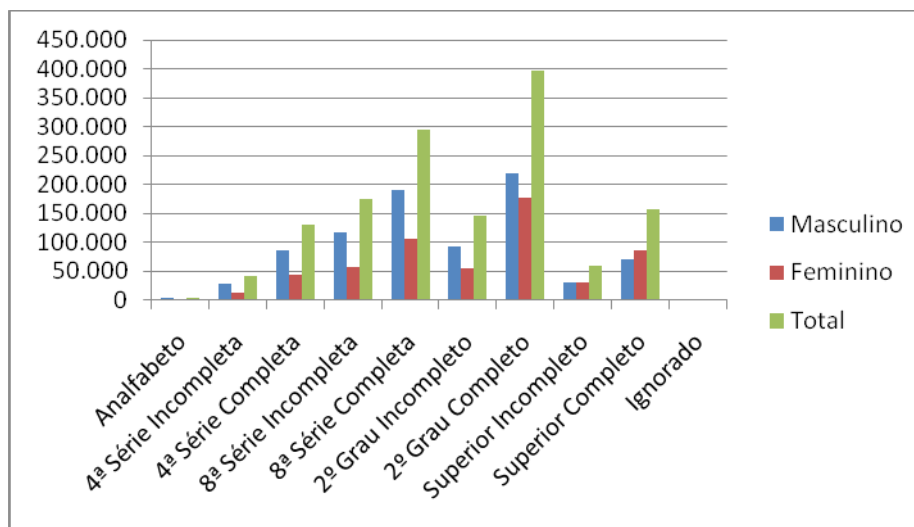


Gráfico 4: Número absoluto de contratados segundo sexo e escolaridade em Santa Catarina (2004).

Fonte: Sine/SC apud CAGED/MTE. Elaboração do autor

Diante do que foi exposto graficamente, pode se afirmar que, como os autores da área estabelecem, a economia do conhecimento emerge, pois em um intervalo de 20 anos observou-se um aumento substancial com do emprego com escolaridades mais elevadas, seja pela 'ameaça' do público feminino a saturar a concorrência, ou mudança nos paradigmas estratégicos das empresas, as quais estão requisitando, bem como investido, mais em capital humano.

Nas duas tabelas que seguem, verifica-se o saldo do emprego em cada microrregião, em consonância com o grau de escolaridade dos trabalhadores, nos períodos em questão (setembro de 2008 à agosto de 2009 e setembro de 2009 à agosto de 2010). Dentre o montante de vagas geradas, a microrregião de Blumenau sai na frente com a maior expansão, 16803 vagas geradas, sendo que destas, 7960 trabalhadores tem o Ensino Médio Completo como escolaridade, maioria que se repete nas outras 3 microrregiões analisadas, porém em menor grau, como visto na tabela 9. Já os trabalhadores com o nível superior incompleto são os que

tem menor absorção no mercado, como verificado, dada a incompatibilidade de funções e salários que os trabalhadores almejam e que os empregadores estão dispostos a oferecer.

A microrregião de Itajaí apresentou saldo líquido negativo para trabalhadores com o Nível Fundamental Incompleto, com 337 vagas eliminadas; já a microrregião de Blumenau foi a que mais absorveu profissionais com o nível superior completo, embora o número absoluto seja inferior aos demais níveis de escolaridade relacionados na tabela. Essa situação evidencia o potencial industrial, e principalmente, de elevado grau técnico da microrregião, exigindo recursos humanos mais qualificados para mover seu PIB essencialmente industrial.

Tabela 8

Saldo líquido do emprego por microrregião, segundo a Escolaridade (setembro de 2008-agosto de 2009)

Escolaridade	Blumenau	Itajaí	Rio do Sul	Ituporanga	Total	Contrib. (%)
Ensino Fund. Incompleto	-2575	-2044	-941	-270	-5830	-76,4
Ensino Fund. Completo	159	643	-264	-155	383	5,0
Ensino Médio Incompleto	444	-49	179	-28	546	7,2
Ensino Médio Completo	4411	3979	1006	401	9797	128,4
Ensino Sup. Incompleto	611	346	59	14	1030	13,5
Ensino Sup. Completo	1434	62	195	12	1703	22,3
Total	4484	2937	234	-26	7629	100,0

Fonte: Raitz (2010) apud Caged/MTE. Elaboração do autor

Observa-se que nas quatro microrregiões, os trabalhadores com baixa escolaridade (Ensino Fundamental Incompleto), foram os mais prejudicados no mercado de trabalho, totalizando 5.662 vagas fechadas. Todavia, a microrregião que apresentou o pior saldo líquido para trabalhadores com baixa escolaridade foi Blumenau, com 2.575 vagas eliminadas em 2009 e Itajaí com 337 vagas eliminadas em 2010. Entretanto, a microrregião que mais absorveu trabalhadores com o ensino superior (1.434 em 2009 e 1.340 em 2010).

Tabela 9: Saldo líquido do emprego por microrregião, segundo a Escolaridade (setembro de 2009 à agosto de 2010)

Escolaridade	Blumenau	Itajaí	Rio do Sul	Ituporanga	Total	Contrib. (%)
Ensino Fund. Incompleto	2020	-337	648	0	2331	8,1
Ensino Fund. Completo	1689	1118	319	-70	3056	10,6
Ensino Médio Incompleto	2704	991	585	109	4389	15,2
Ensino Médio Completo	7960	4398	2572	524	15454	53,6
Ensino Sup. Incompleto	1090	358	254	17	1719	6,0
Ensino Sup. Completo	1340	224	262	38	1864	6,5
Total	16803	6752	4640	618	28813	100,0

Fonte: Raitz (2010) apud Caged/MTE. Elaboração do autor

Os dados mostram que, independente do gênero, os trabalhadores com escolaridade demasiado baixa estão perdendo espaço no mercado de trabalho formal, sendo substituídos por outros com o Ensino Médio completo, ou seja, os padrões foram elevando-se, a ponto de o Ensino Médio, ser literalmente, o 'fundamental' para o mercado de trabalho, no sentido de nivelar os recursos humanos a partir deste.

Quanto às vagas para os níveis de escolaridade mais elevados, seja Ensino Superior Completo ou Incompleto, o que se desenha é uma tendência que beneficia as mulheres, pois a partir das décadas de 70 e 80 com condições adversas que surgiram no mercado de trabalho (queda no rendimento dos trabalhadores em geral, aumento da informalidade), os homens foram perdendo espaço, constituindo uma massa cada vez maior de desempregados. Situação que exigiu das mulheres uma inserção no mercado, no sentido de contribuir juntamente com o homem, para o sustento da família. (Raitz, 2010.)

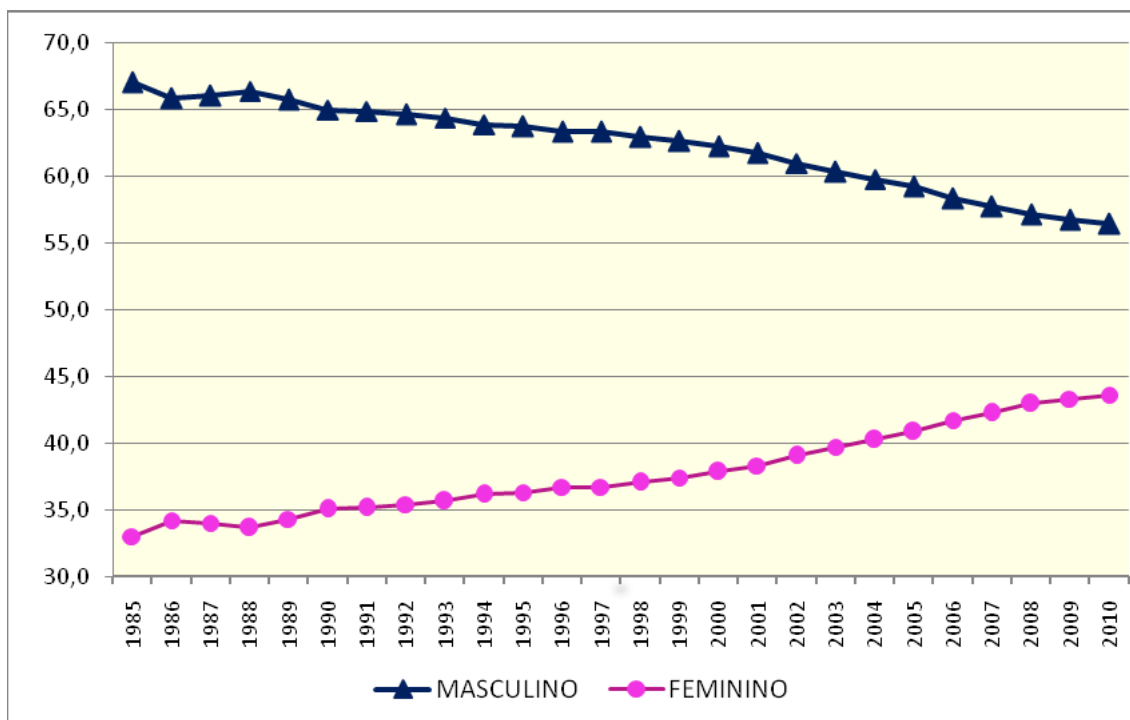


Gráfico 5 : Evolução da participação do emprego formal por gênero em Santa Catarina

Fonte: Rais/CAGED. Elaboração: Sine/SC

Diante disso, as mulheres lançaram-se no mercado de trabalho, usando-se do ensino superior como um diferencial, o que elevou paulatinamente o nível de escolaridade do conjunto, pois homens e mulheres competindo entre si por cargos e salários, fizeram a maioria buscar qualificação para não perder sua posição.

Entretanto, embora as mulheres tenham conquistado um espaço ímpar desde a década de 70 e constituam maioria nas vagas para ensino superior, não significou que tivessem melhores salários, barreira ainda a ser quebrada no âmbito profissional.

Tabela 10: Saldo líquido do emprego formal, por gênero, segundo a Escolaridade

Mesorregião Vale do Itajaí (setembro de 2009 à agosto de 2010)

Escolaridade	Masculino	%	Feminino	%	Total
Ensino Fundamental					
Incompleto	-3845	67,9	-1817	32,1	-5662
Ensino Fundamental Completo	143	37,3	240	62,7	383
Ensino Médio Incompleto	200	36,6	346	63,4	546
Ensino Médio Completo	4959	50,6	4838	49,4	9797
Ensino Superior Incompleto	430	41,7	600	58,3	1030
Ensino Superior Completo	474	27,8	1229	72,2	1703
Total	2361	30,3	5436	69,7	7797

Fonte: Raitz (2009) apud Caged/MTE. Elaboração do autor

Os dados mostram que os trabalhadores com baixa escolaridade, independente do gênero, estão sendo expulsos do mercado de trabalho formal e, conseqüentemente, substituídos por mão-de-obra com escolaridade mínima de Ensino Médio Completo.

Os homens com baixos níveis de escolaridade, por estarem em maior número no mercado de trabalho, parecem mais atingidos por este fenômeno. De cada 3 vagas com Ensino Fundamental Incompleto desativadas, pouco mais de 2 eram ocupadas por homens e uma por mulheres. Ao contrário, as vagas geradas para os níveis de escolaridade mais avançados (superior completo e incompleto) a tendência também beneficia as mulheres, como verifica-se nas duas tabelas, o número de vagas ocupadas por mulheres é quase o triplo das dos homens em 2009, atenuando a diferença em 2010.

**Tabela 11: Saldo líquido do emprego formal, por gênero, segundo a Escolaridade
Mesorregião Vale do Itajaí (setembro de 2009 à agosto de 2010)**

Escolaridade	Masculino	%	Feminino	%	Total
Ensino Fundamental					
Incompleto	1613	69,2	718	30,8	2331
Ensino Fundamental Completo	2291	75,0	765	25,0	3056
Ensino Médio Incompleto	2514	57,3	1875	42,7	4389
Ensino Médio Completo	8579	55,5	6875	44,5	15454
Ensino Superior Incompleto	798	46,4	921	53,6	1719
Ensino Superior Completo	882	47,3	982	52,7	1864
Total	16677	57,9	12136	42,1	28813

Fonte: Raitz (2010) apud Caged/MTE. Elaboração do autor.

Sob a ótica dos salários, verifica-se que a microrregião de Blumenau apresenta o maior salário médio entre as analisadas, seguida de Itajaí. Já Rio do Sul apresentou o menor salário médio.

Portanto, vê-se na microrregião de Blumenau uma remuneração maior dos fatores de produção, acompanhada por um uso igualmente maior de recursos humanos com Ensino Superior completo, refletido pelo maior volume absoluto de contratações (saldo líquido) em comparação às demais microrregiões.

Tabela 12: Salário médio de contratação dos trabalhadores Admitidos, segundo as Microrregiões do Vale do Itajaí

Microrregião	Admitidos	Salário mensal (R\$)
Blumenau	163716	850,4
Itajaí	110662	810,6
Rio Do Sul	34357	758,3
Ituporanga	5987	771,1
Total	314722	*824,9

* Média calculada mediante soma do salário mensal ponderada pelo número de admitidos

Fonte: Raitz (2010) apud Caged/MTE. Elaboração do autor

3.3 Análise do PIB *per capita*

Tabela 15: PIB *per capita* por Mesorregião catarinense (preços em R\$ de 2000)

Mesorregião	1996	2000	2007
--------------------	-------------	-------------	-------------

Grande Florianópolis	9325,4	7329,7	8631,2
Norte Catarinense	8760,9	9714,8	12574,1
Oeste Catarinense	8807,4	7787,3	9765,6
Serrana	4874,4	5823,8	6926,3
Sul Catarinense	5208,8	6736,9	7305,3
Vale do Itajaí	7561,7	9170,3	11622,4
Total	44538,5	46562,7	56824,8

Fonte: IBGE. Elaboração do autor.

Quanto ao PIB *per capita*, tem-se as Mesorregiões do Norte Catarinense e Vale do Itajaí como primeiros colocados, com valores não muito distintos, evidenciando uma liderança das mesmas quanto à produtividade *por trabalhador*.

Com isso, buscou-se evidenciar, além da relevância da Mesorregião do Vale do Itajaí para a própria unidade federativa, os pormenores da mesma, como o recente fluxo de trabalhadores admitidos e dispensados, as tendências de absorção de recursos humanos segundo a escolaridade e gênero, etc. Para com isso traçar a idéia do que seria interessante desenvolver para beneficiar tanto os recursos humanos, sob a ótica microeconômica da renda, quanto a região e o Estado pela ótica macroeconômica do desenvolvimento econômico e social.

Não obstante o ensino básico, o ensino superior surge como alternativa de inclusão e direcionamento das potencialidades da Mesorregião, centralizada em Blumenau. Dotada do melhor potencial e dos melhores indicadores, a cidade demonstra ter condições de servir como produtora de tecnologia e recursos humanos qualificados para fazer frente ao grau de crescimento, principalmente industrial, da mesorregião como um todo.

Embora hajam centros de ensino superior e universidades na mesorregião, a qualificação do capital humano em geral necessita dispêndio por parte das empresas ou dos próprios indivíduos, uma vez que a cobrança de mensalidades é uma constante, seja no ensino técnico com instituições como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai/SC), ou em Universidades, como a Universidade do Vale do Itajaí (Univali) e Fundação Universidade de Blumenau (FURB).

No entanto, a parte institucional e principal responsável por isso é a Universidade Regional de Blumenau – FURB, à qual podemos creditar boa parte da posição que a mesorregião ocupa na atualidade. Além da FURB como maior atuante no quesito Universidade, tem-se o Senai como importante fomento de recursos humanos na área industrial.

3.4 Perfil dos cursos de ensino superior na Mesorregião do Vale do Itajaí

A metodologia a ser utilizada na exposição seguinte compreende a análise da oferta de *cursos de qualificação*, por assim dizer, na Mesorregião do Vale do Itajaí. Sejam eles de nível de Bacharelado, Licenciatura, Tecnólogo ou Técnico, pois são os que mais se aproximam de uma formação superior. Portanto, não serão considerados cursos de duração inferior a 2 anos, embora hajam inúmeras opções nas áreas citadas, de cursos de *Aprendizagem Industrial, Qualificação/aperfeiçoamento*, etc (Fonte: Senai/SC).

O Quadro 1 relaciona todos os *Cursos Técnicos e Superiores de Tecnologia* existentes no SENAI de Blumenau. Com isso podemos perceber que a oferta de cursos, o papel das expectativas de rendimento futuros, e os setores mais desenvolvidos na cidade/região determinam fortemente o direcionamento da formação do capital humano.

Dada a grande concentração de indústrias têxteis e demais ramos que utilizam-se de mecânica/eletrônica em suas plantas industriais, juntamente com a característica da instituição de ofertar qualificação para melhorar a qualidade dos recursos humanos, usando-se das potencialidades locais, pode-se ver uma grande concentração de cursos nas áreas citadas, sendo 10 cursos na área Elétrica/mecânica e 6 na área Têxtil.

Quadro 1 – Cursos de Ensino Superior – SENAI/Blumenau-SC

	Área		
	<i>Elétrica e mecânica</i>	<i>Têxtil</i>	<i>Outros</i>
Cursos Técnicos *			
	Eletromecânica	Modelagem do Vestuário	Segurança do Trabalho
	Metalúrgica	Produção de Moda	Controle Ambiental
	Automação Industrial	Tecelagem	Informática

	Eletrônica	Vestuário	Logística
	Eletrotécnica		Qualidade
	Manutenção Automotiva		Rede de Computadores
	Mecânica		Saneamento
			Edificações
Superiores de Tecnologia **			
	Automação Industrial	Produção do Vestuário	Gestão Ambiental
	Fabricação Mecânica	Produção Têxtil	
	Processos Industriais - Eletromecânica		

* Cursos que confere o grau Técnico, com duração média de 1800 horas.

** Cursos que conferem o grau de Tecnólogo, com duração média de 5000 horas

Fonte: Senai/SC. Elaboração do autor.

No quadro 2, expõem-se o quadro de cursos de Graduação da Fundação Universidade de Blumenau (FURB), pode-se perceber uma grande ênfase em cursos da área tecnológica, constituindo-se um grande aliado na formação de engenheiros, bem como avanços em ciências que lidam diretamente com a tecnologia, que como visto nas seções anteriores, geram inovações tanto em produtos quanto de processos.

Já os cursos do núcleo básico de formação, na primeira coluna da tabela, mostram uma preocupação com a formação desde a base, pois dispõem de cursos em praticamente todas as áreas correspondentes às diretrizes dos currículos escolares de Ensino Infantil, Fundamental e Médio.

Quadro 2: Cursos de Graduação da Fundação Universidade de Blumenau (FURB)

Áreas				
		<i>Sociais</i>		
<i>Básicas</i>	<i>Sociais</i>	<i>Aplicadas</i>	<i>Saúde</i>	<i>Tecnológicas</i>
Ciências			Educação	Ciências da
Biológicas	Artes	Administração	Física	computação
		Ciências		
História	Ciências sociais	Contábeis	Enfermagem	Design industrial
	ciências da	Ciências		
Letras	religião	Econômicas	Farmácia	Eng. Civil

Licenciatura em Alemão	Moda	Comunicação social	Fisioterapia	Eng. de Produção
Matemática	Psicologia	Direito	Medicina	Eng. de Telecomunicações
Pedagogia	Sec. Executivo Bilingue	Tecnologia em Comércio Exterior	Medicina Veterinária	Eng. Elétrica
Química	Serviço social	Tecnologia em Marketing	Nutrição	Eng. Florestal
	Turismo e Lazer		Odontologia	Eng. Química
				Sistemas de Informação
				Tecnologia em Eletromecânica

Fonte: FURB. Elaboração do autor

A oferta de cursos, tanto os oferecido pelo SENAI, quanto os oferecidos pela FURB, buscam de alguma forma propiciar à cidade e região uma gama variada de formações para atender à todas as necessidades, podendo nos arriscar a definir como uma *auto-suficiência* na formação dos recursos humanos dos quais a região necessita. A questão a ser discutida a partir de agora, é o funcionamento e as barreiras encontradas pelas instituições de ensino superior, principalmente pela FURB, no que tange as barreiras que impedem o aumento ou abrangência dos efeitos de uma Universidade como fomentadora de conhecimento, tecnologia, pesquisa e em última instância, capital humano de uma região.

4. A UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU – FURB

4.1 Introdução

Na década de 1950 houve uma forte corrente visando a interiorização do ensino superior em Santa Catarina por intermédio da implementação de unidades na mesorregião do Vale do Itajaí, haja vista seu contingente populacional frente à outras regiões catarinenses e importância como pólo econômico no estado.

Com isso, criou-se em 05 de março de 1964 a Faculdade de Ciências Econômicas de Blumenau, passando em 1967 a denominar-se Fundação Universitária de Blumenau. Posteriormente, após um encontro realizado na cidade de Ibirama, foi ampliada gama de faculdades oferecidas (Ciências Econômicas, Filosofia, Ciências, Letras e Ciências Jurídicas), bem como a instituição passou a denominar-se Fundação Universidade Regional de Blumenau.

Na década de 1970 prosseguiu a ampliação, com novos cursos de engenharia e Educação Física. Já em 1982 foi iniciado o processo para conferir à FURB o *status* de Universidade, conseguido pelo Ministério da Educação em 1986.

Depois de legitimada a condição de universidade pelo MEC, na década de 1990, expandiu-se nas áreas da saúde, com a criação do Centro da Saúde. Entretanto, o que mais confere renome à uma universidade como tal, é o desenvolvimento de Pesquisa e Extensão, bem como pós-graduação. Foi neste período que a FURB também passou a incentivar fortemente a qualificação de seu quadro de professores, mediante cursos de mestrado e doutorado.

Infelizmente, nos dias atuais, com o avanço desenfreado das instituições privadas de ensino superior, vê-se a expansão da FURB um tanto quanto paralisada, pois passou a oferecer cursos presenciais apenas nos *campi* de Blumenau; o número de alunos atendidos diminuiu, bem como a evasão aumentou significativamente, comprometendo principalmente cursos de licenciatura e ciências básicas, ressalvas sejam feitas apenas ao número de vagas para as áreas da saúde e tecnológicas (engenharias).

Diante do que se apresenta da história da FURB, percebe-se uma ascensão promissora que definha na atualidade por falta de comprometimento do poder público, e banalização do

ensino superior, o que coloca em cheque a reputação de uma universidade com grande potencial de radiar seus benefícios em grande medida.

4.2 Programa de Expansão do Ensino Superior X REUNI

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, é uma das ações integrantes do Plano de Desenvolvimento da Educação em consonância ao reconhecimento ao papel estratégico das universidades federais para o desenvolvimento econômico e social. (Relatório REUNI, 2008)

O programa reconhece a necessidade de expansão do ensino superior federal, pois dados fatores sóciais, nem todos podem ingressar no ensino superior via instituições privadas, resultando em um percentual baixo de jovens com acesso real ao ensino superior: 24,31% em 2008.

Diante disso, o Governo Federal adotou uma série de medidas a fim de retomar o crescimento do ensino superior público. Além disso, cabe destacar a oportunidade que a reestruturação acadêmica e as inovações propostas pelas universidades significarão para a educação superior pública do país.

Em sua formulação, o Reuni teve como principais objetivos: garantir às universidades as condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência na educação superior; assegurar a qualidade por meio de inovações acadêmicas; promover a articulação entre os diferentes níveis de ensino, integrando a graduação, a pós-graduação, a educação básica e a educação profissional e tecnológica; e otimizar o aproveitamento dos recursos humanos e da infra-estrutura das instituições federais de educação superior.

O Programa Reuni também elencou como principais metas: a elevação gradual da relação aluno/professor para 18 alunos para 1 professor; aumento mínimo de 20% nas matrículas de graduação e o prazo de cinco anos, a partir de 2007.

Neste contexto, o debate sobre a Federalização da FURB, tomou forma mais concreta, não apenas pela formulação das propostas ou pelo fato de mobilizar a comunidade e o poder público, mas sim, aproveitando a iniciativa do governo federal através do Programa de Expansão da Educação Superior Pública e o Plano de Expansão das Universidades Federais.

O governo federal passou a reconhecer o papel estratégico e multifuncional das universidades, em especial, as públicas, como difusoras do desenvolvimento social e econômico, via beneficiamento do capital humano. Por conta desta filosofia, o MEC passou a priorizar a interiorização, enaltecendo a cultura e as potencialidades de cada região, fazendo-se valer dos arranjos produtivos locais para alavancar o conhecimento e conseqüentemente, a qualidade de vida em regiões diversas.

Segundo a proposta do MEC, deveriam ser criadas nove universidades federais, mediante vários mecanismos: desmembramentos, transformação de faculdades isoladas em universidades, ou criação de unidades totalmente novas. Em todo caso, eram para ser criados 36 novos campi, número comparável apenas com o governo JK, que em 1960 criou 8 universidades federais e em 1968-69, durante o regime militar, com a criação de mais sete universidades.

Nesta primeira etapa Santa Catarina não foi contemplada pelas iniciativas de expansão, porém com a criação em 2007 de outro programa destinado a expansão das universidades federais já existentes, o comitê interno pró-federalização passou a defender a inclusão da FURB no Programa de Expansão. A UFSC expandiu-se, porém o fez nas regiões Norte (Joinville), Sul (Araçuaçu) e Meio-oeste (Curitibanos), sem contar no aumento das vagas e criação de novos cursos no próprio *campus* de Florianópolis.

No entanto, mesmo havendo ampliações na rede de *campi* ou novas universidades federais em Santa Catarina, seja via Reuni ou Programa de Expansão Universitária, mantém-se uma lacuna em aberto quando se pensa na interiorização das Instituições Federais de Ensino Superior por completo, ao passo que não contemplam a mesorregião do Vale do Itajaí, como visto anteriormente, área que reúne $\frac{1}{4}$ dos indicadores do Estado.

Juntando-se à isto o fato de a instituição ser dotada de uma situação político-institucional favorável para a continuidade do processo, porém estrangulada pela concorrência de outras universidades que também têm reivindicações semelhantes, sendo que o MEC está sendo fortemente cobrado e demandado por todos, o que não torna resultados rápidos viáveis atualmente.

4.3 Federalização da FURB

Todo o debate referente à federalização, embora esteja mais latente nos dias atuais, já vem sendo disseminado praticamente desde a implantação da primeira faculdade em 1964, pois já haviam promessas políticas de que a instituição pudesse ser federalizada, haja vista que foi a primeira instituição de ensino superior no interior de Santa Catarina. Um exemplo disso ocorreu em 1978, quando da visita do então presidente João Figueiredo, foi entregue à ele um documento com diversas reivindicações da região, entre estas já constava a federalização da FURB.

Entretanto, as condições jurídicas para a efetiva federalização foram criadas apenas em 1980, quando o MEC a reconheceu como Universidade. Na mesma década houve ainda um esforço por parte do deputado Renato Vianna, em 1987, com um projeto de lei autorizando o governo federal a transformar a Fundação Universidade Regional de Blumenau em Fundação Universidade Federal de Blumenau. Embora tenha havido o esforço neste sentido, o projeto, depois de passar por várias comissões, foi arquivado no ano de 1991.

Com a elaboração da Constituição de 1988, a FURB teve uma oportunidade de garantir a gratuidade de seu ensino, pois o texto do Art. 206 previa a gratuidade do ensino público em instituições oficiais. O que acabou por inviabilizar foi a inserção nas *Disposições Transitórias*, de que tal medida não se aplicaria em instituições criadas por lei estadual ou municipal, tampouco existentes na data da promulgação, que não fossem totalmente mantidas por recursos públicos. Por a FURB não atender às duas últimas ressalvas, por assim dizer, o sonho da federalização adiou-se mais uma vez.

No início da década de 1990, tornou-se a discutir a federalização da FURB, com o Movimento Universidade Urgente, o qual mediante grande apoio da comunidade acadêmica (professores, servidores e alunos) conseguiu mobilizar grande contingente da comunidade em prol deste objetivo. No entanto, nada conseguiram no sentido de apoio do congresso nacional, mas sim, uma lei municipal de 1995 que consolidou a FURB como Instituição Municipal de Direito Público, porém sem garantir a gratuidade do ensino. Entretanto, na mesma década, a ascensão das idéias liberais não deram consistência a reivindicações, mas sim, ao caminho inverso, um crescente tratamento de privatizações nos ensino superior.

No ano de 2002, o movimento ganha corpo e se institucionaliza, integrantes do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e do Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau (SINSEPES) reúnem documentos para a proposta, e cria-se o Comitê Pró-federalização. Este em 2003 ganha mais adeptos da comunidade externa, participando inclusive do Grito dos Excluídos deste mesmo ano.

Desde esta data, muitos eventos e audiências públicas foram realizadas no intuito de difundir a idéia e conseguir algum apoio do poder público, fossem eles, senadores, vereadores, governo estadual e federal, etc., o objetivo estava focado em envolver as classes políticas regionais como um todo. Em 2004, por exemplo, além da apresentação da proposta aos candidatos à prefeitura, foi entregue um abaixo-assinado e um dossiê ao Ministério da Educação (MEC), com mais de 16000 assinaturas em prol da federalização da FURB.

Como principais razões para a federalização, tem-se a própria história da FURB, os movimentos já realizados a favor da federalização e a conjuntura de expansão do ensino superior por parte do governo federal. No entanto, o comitê pró-federalização destaca três pontos fundamentais que dão sustentação à idéia:

1. Em primeiro lugar, entendemos que o acesso à Educação Superior e o desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia constituem princípios de ordem democrática. Reiteramos que é dever do Estado prover estes direitos, por meio do financiamento público.
2. A condição institucional híbrida da FURB (de Direito Público e financiamento privado) compromete decisivamente as possibilidades dos cidadãos acederem à Universidade. Igualmente, o fato de sermos uma Universidade (e não um simples centro universitário) é um constrangimento objetivo para sua viabilidade institucional por meio do financiamento privado (mensalidades). Assim, a Federalização é uma proposta coerente para enfrentar a atual crise de destino da nossa Instituição.
3. Finalmente, o terceiro argumento, que iremos focar mais detalhadamente, reside no entendimento de que a Federalização da FURB é uma oportunidade histórica com vistas à consolidação da relação entre Universidade e comunidade regional, na promoção do desejado processo de desenvolvimento, ou seja, sócio e ambientalmente equilibrado, mais justo e inclusivo. (Cadernos da Federalização/FURB – número 1, Nov. 2007)

Lamenta-se que a universidade pública ainda seja privilégio de aproximadamente 25 % dos estudantes de ensino superior, os demais vêm-se sucumbidos ao pagamento de mensalidades. O que existe, segundo o comitê pró-federalização da FURB é um descaso com relação ao ensino superior, inclusive previsto constitucionalmente, pois Emendas Constitucionais aprovadas em 1996 (Art. 210. 2º e 3º - Emenda Constitucional nº 14, de 1996), delegam aos municípios a atuação prioritariamente no Ensino Fundamental e Educação Infantil, já os estados a atuação no Ensino Fundamental e Médio. Portanto, caberia a União a responsabilidade referente ao Ensino Superior, pois como previsto em Constituição, as atribuições da educação são “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Art. 205) (Cadernos da Federalização/FURB – número 1, Nov. 2007)

4.3.1 Infra-estrutura

A infra-estrutura já instalada e a disponibilidade de recursos humanos supera os valores-base pressupostos pela LDB/96:

- 800 docentes (20% doutores e 50% mestres)
- 12000 alunos de graduação;
- 2500 alunos de pós-graduação
- Relação estudantes/ docentes: 17;
- Número de docentes em tempo integral: 525;
- Técnicos-administrativos: 524, sendo 457 do quadro efetivo;
- 6 *campi* distribuídos em Blumenau, Gaspar e Timbó
- Área 645 mil m², destes 100 mil m² construídos;
- Salas e laboratórios especiais: 423
- Dispõem de uma das melhores bibliotecas do Brasil, com cerca de 444 mil volumes
- Colégio de ensino médio (ETEVI): 500 alunos aprox.
- Escola Técnica do Vale do Itajaí, com aprox. 450 alunos matriculados
- Rádio e TV
- 3 institutos de pesquisa (social, ambiental e tecnológico), que desenvolvem projetos e serviços voltados à iniciativa privada, órgãos governamentais e comunidade regional
- Hospital universitário (em conclusão), para atendimentos de urgência pelo Sistema Único de Saúde (SUS)
- 39 cursos de graduação em todas as áreas
- 70 especializações
- 9 mestrados recomendados pela CAPES
- 1 doutorado
- Convênios diversos de intercâmbio acadêmico, destacando-se cursos de dupla diplomação com a Alemanha (Engenharia Ambiental) e Marketing (Suécia).

Para o atendimento de todas essas atividades exercidas e oferecidas pela universidade, conta-se com um orçamento anual de R\$ 113 milhões, dos quais 90 milhões provém das mensalidades e as demais receitas de outras fontes, como editais de pesquisa e extensão, convênios e contratos de prestação de serviços, etc., o que prova a eficiência na captação de recursos oriundos de incentivos à pesquisa. (Proposta Pró-federalização, 2010)

4.3.2 Problemática da Universidade

A FURB, como Universidade e não mais Centro Universitário, deve manter uma posição que vai além da oferta de cursos de graduação, o que representa um custo elevado haja vista, a demanda significativa de investimentos e a existência de custos de manutenção. Esta situação é consoante à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, que confere às universidades um papel plural e abrangente, desde a qualificação de seu próprio corpo docente até a promoção de pesquisa e extensão, pois devem ser

instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por: a) - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional; b) - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; c) – um terço do corpo docente em regime de tempo integral”. (comitê pró-federalização apud Art. 52/LDB).

Concomitante à isso, vê-se uma situação em que o pagamento das mensalidades pelos estudantes não cobre os custos incorridos pelas exigências postuladas pela Lei de Diretrizes e Bases, levando a universidade a oferecer mais vagas em carreiras de maior demanda no mercado e que possam atrair estudantes com maior poder aquisitivo, acarretando uma redução significativa nas áreas de licenciatura, ciências básicas e aplicadas. Portanto, a universidade perde sua autonomia de produtora e difusora de conhecimento plural e submete-se à leis do mercado.

A contradição mais evidente na estrutura da universidade está no fato de trata-se de uma instituição pública, de Direito Público, o que prevê regime estatutário e não celetista do quadro de servidores, com admissão via concurso público, burocracia pública na gestão de processos, etc. Mas por outro lado, vê-se a o financiamento, em partes, privado colocando a mesma instituição em dois mundos distintos e incompatíveis em grande medida.

Por isso, afirma o Comitê: “a Furb não vive apenas uma crise financeira, mas uma crise de destino”, pois o dilema latente é: 1) manter a condição universitária ou; 2) rebaixá-la e transformar-se em um “escolão superior” (Cadernos da Federalização/FURB – número 1, novembro de 2007

O Argumento central da federalização é o enfrentamento à essas dicotomias, não apenas a solução à crise financeira, mas sim, à crise de destino, como afirma o Comitê, para

que tenha-se condições de consolidar toda a história de conquistas que a instituição já obteve, e prestando um auxílio ao desenvolvimento social e econômico da Mesorregião do Vale do Itajaí.

4.4 A federalização como compromisso regional

O desejo mais forte da Universidade e todos os graus que a representam é melhorar como mediadora entre o conhecimento técnico-científico e as exigências históricas da região, por meio de suas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. Devido ao patamar que ocupa, a instituição é desafiada na busca de solução para problemas que afetam o desenvolvimento regional, mais especificamente, no que compete à qualificação de recursos humanos de alto padrão. Segundo consta nos Cadernos da Federalização/FURB, a universidade ideal para suprir as necessidades do desenvolvimento:

- articular-se e não compete com outras universidades e organizações educativas com as quais compartilha o âmbito territorial;
- fortalece sua participação no sistema nacional e mundial de centros de conhecimento, constituindo-se em mediadora e produtora de conhecimentos a partir de suas próprias experiências;
- tem na sociedade local seu campo de práticas concretas, de articulação do conhecimento científico com a realidade local e participa ativamente das transformações na perspectiva desejada pela sociedade. (Cadernos da Federalização/FURB – número 1, novembro de 2007 apud Coraggio)

Não obstante a visão do autor supracitado, a universidade teria as ferramentas necessárias para uma efetiva ação de desenvolvimento no Vale do Itajaí, como: garantia de acesso gratuito em todos os níveis de formação; maior autonomia da região para conduzir estratégias de desenvolvimento científico e tecnológico; dados os maiores recursos, haveria uma ampliação considerável nas atividades de pesquisa e extensão, bem como prestação de serviços à comunidade; maior possibilidade para desenvolver tecnologias próprias; e por fim, revitalização de áreas não priorizadas atualmente, como licenciaturas e ciências básicas.

O compromisso histórico com a formação de professores e a preocupação com o Ensino Básico é algo que sobressalta-se nos ideais da Furb. Cursos como Química, com 40 anos de existência, Biologia, com 38 anos, Artes, com 35, e Educação Física com 33, denotam apenas pelo tempo de existência a gama de benefícios que já trouxeram para a formação básica de Blumenau e região. Estas áreas, embora não tão cultuadas como formação superior

na atualidade, dada sua remuneração aquém das expectativas da maioria dos jovens universitários, são demasiado estratégicas, pois são estes profissionais os primeiros e maiores responsáveis pela boa condução da trajetória de formação do capital humano de determinada região.

Neste contexto, cabe ressaltar também o pioneirismo da FURB na interiorização da pós-graduação no Estado, com a criação, em 1991, do Programa de Mestrado em Educação, reconhecido pela Capes em 1991.

4.5 Controvérsias sobre a federalização

Dentro das controvérsias que existem acerca do processo de federalização, como o destino dos professores e servidores em um novo regime de contratação, etc., destaca-se, na ótica da presente pesquisa, o grau de excelência que as universidades federais simbolizam. Haja vista a controvérsia largamente difundida de que as instituições públicas de ensino superior são sucateadas e defasadas quanto à sua infra-estrutura.

O comitê defende que a Federalização não significaria incluir a FURB na crise das universidades federais (cortes de verbas para custeio de investimentos, políticas de arrocho salarial, etc.), pois a própria federalização da representa, segundo o comitê, uma inflexão na forma como o poder público encara o ensino superior. “A Federalização se coloca num contexto de expansão do Ensino Superior Federal e de retomada dos investimentos públicos nas universidades federais”. (Cadernos da Federalização/FURB – número 1, novembro de 2007)

Em todo caso, é pertinente avaliar, a princípio, as condições materiais das universidades em relação ao seu desempenho, no que concerne à qualidade com a qual atingem seus objetivos de Ensino, Pesquisa e Extensão. Utilizando-se este critério, vê-se uma superioridade considerável das instituições públicas em relação às privadas, especialmente as Federais.

O equívoco que assim se desenha, está na forma de ver a estrutura da universidade, pois a quantidade e qualidade dos laboratórios, equipamentos, etc., deve estar diretamente relacionada com o desempenho acadêmico da universidade, já nas universidades privadas, vê-se a infra-estrutura como uma estratégia de competição para atrair alunos/clientes.

A fundação universitária regional de Blumenau, ou Universidade de Blumenau, como hoje é chamada, tem em seus alunos, professores, servidores e colaboradores em geral uma visão de busca da dignidade humana, no sentido de não pagarmos duas vezes pelo mesmo serviço, o qual deveria ser proporcionado por parcerias estatais e subsidiado pelos cofres públicos. Consoante a esta idéia, é pertinente ressaltar um trecho da apresentação do comitê pró-federalização da FURB que legitima o que pensam sobre a federalização. Referimo-nos inclusive às grandes questões da Humanidade, para as quais devemos buscar senão respostas, pelo menos esboços provisórios:

como viver em paz, com justiça, em liberdade, segundo respeitosa relação com a natureza, num mundo pleno de diversidades? Precisamos perspectivar o futuro! Uma Universidade Pública pode verdadeiramente contribuir nesta busca. (Cadernos da Federalização/FURB – número 1, novembro de 2007)

As mudanças verificáveis na estrutura da sociedade, passando de uma sociedade industrial para a da informação, com a ascensão da nanotecnologia, robótica, biotecnologia, na qual a produção depende do processamento de crescentes volumes de dados. Ancorado à isto, a busca incessante pela competitividade e produtividade, faz com que as mudanças estruturais da sociedade transformem-se ao passo das inovações tecnológicas. Exige-se, com isso, uma harmonização cada vez maior dos seres humanos com a preservação ambiental, a gestão do território, seus recursos, com vista na eficiência energética como cerne da questão.

As decisões no âmbito dos negócios tornam-se mais complexas, exigindo mudanças na composição do capital investido, localização adequada de unidades produtivas quanto à facilidade na obtenção de matérias-primas, custo da força de trabalho, etc.; redefinição das estruturas hierárquicas frente à agilidade ímpar exigida no mundo contemporâneo; e principalmente, a escolha dos recursos humanos empregados tanto no ambiente restrito da empresa, quanto no que compete às estruturas políticas de governança estatal.

A estrutura política é igualmente fundamental para que haja uma eficiência por completo nos efeitos trazidos pela tecnologia, tanto que nos cadernos da federalização é mencionado o estudo de Castells e Himanen, onde estes autores comparam três modelos de sociedades da informação, porém com consideráveis divergências na questão política/ideológica: EUA (aberto e orientado para o mercado); Singapura (autoritário); Finlândia (aberto e de bem-estar social). No estudo conclui-se que os países nórdicos reinam soberanos neste quesito, a Finlândia combinou com mais sucesso a inovação tecnológica e o dinamismo econômico com alto bem-estar e coesão social, mediante seu Estado orientado a

prezar pela distribuição de renda, atenuar mazelas como a população prisional, o analfabetismo funcional, etc.

Para os mesmos autores, ressalvas sejam feitas ao nível de tributação que uma sociedade de bem-estar social como a Finlândia exige, o argumento positivo, repousa, entretanto, sobre a produtividade, pois esta cresceria muito além dos impostos, tornando-os irrisórios à população, quando contrapostos aos benefícios trazidos.

Embora o culto à formação seja tão elevado em países como a Finlândia, Noruega e Suécia, sendo inclusive um campo de concorrência partidária, uma vez que partidos políticos brigavam pela posição de 'maiores e melhores' investidores em educação nestes países, devemos obviamente, respeitar as características e a realidade de cada país, quando nos referimos à prioridades. O exemplo é válido, em todo caso, pois os países nórdicos responderam muito rápido à globalização da tecnologia e difusão de conhecimento, vestiram a camisa, literalmente, sendo ícones quando pensa-se em educação como vantagem competitiva, acompanhada de uma estrutura política democrática com forte participação do setor público, por meio de instituições legitimadas pelo governo, em especial, as relativas à educação, pesquisa e tecnologia.

A ótica principal envolvida na questão da federalização da FURB é que esta seria a principal promotora do desenvolvimento regional de Blumenau e de tudo o que compreende ao Vale do Itajaí. A competitividade acima referida só seria possível com educação “de alta qualidade, universalizada e convertida”, de modo a integrar os indivíduos, tornando-os atuantes em uma sociedade de avanços tecnológicos, seja como produtores da tecnologia ou qualificados para lidar com esta. Não obstante, a produtividade, a gama de benefícios arraigados com isso, como a melhoras dos indicadores de desenvolvimento humano, saúde, etc., somam-se e reforçam-se os argumento a seu favor.

Para tanto é fundamental a aproximação orgânica entre instituições voltadas ao desenvolvimento científico e tecnológico e de socialização de conhecimentos superiores e a comunidade. Tal relação deve ser construída por meio de metodologias participativas e promoção da governança territorial, associadas às políticas nacionais de desenvolvimento. Neste sentido, a contribuição da Universidade para o desenvolvimento regional pressupõe o seu próprio desenvolvimento enquanto instituição capaz de constituir e promover a integração dos atores locais, bem como atuar como mediadora entre o conhecimento científico e tecnológico e as exigências históricas da região. (Comitê apud SIMEC N° do PTA 205/2009)

Desde sua fundação, a universidade não deixa de cumprir em grande medida tudo o que foi mencionado anteriormente, haja vista sua importância na região, que a torna digna de ser a melhor instituição privada a ser federalizada. No entanto, a questão que traz o maior apelo, é a consolidação da inserção regional mais efetiva, favorecendo, principalmente setores que estão carecendo de mais incentivo por estarem um tanto quanto distanciados nas políticas públicas referentes à saúde, educação básica, assistência social, meio-ambiente e desenvolvimento tecnológico.

4. CONCLUSÃO

A motivação do presente trabalho foi compreender a relação existente entre as teorias do capital humano e o desenvolvimento regional da Mesorregião do Vale do Itajaí. Para isso iniciou-se trazendo toda a discussão acerca das diretrizes da teoria, seus princípios fundamentais e sua evolução, bem como os papéis de outros temas envolvidos, como o das instituições na legitimação do capital humano na sociedade.

No capítulo três foi esboçado o perfil da Mesorregião do Vale do Itajaí, em alguns quesitos, as Microrregiões que a compõem, ancorando-se em bases de dados oriundas principalmente do Sistema Nacional de Emprego de Santa Catarina (SINE/SC), IPEA e IBGE. Procurou-se demonstrar as oscilações de emprego confrontadas principalmente com a escolaridade e renda. Neste sentido, utilizou-se o lado *microeconômico* da teoria para compreender o *macroeconômico*, isto é desenvolvimento regional para explicar o nacional como postulado por Mincer (1974).

Dado o fato de focar as Instituições, analisou-se, na Mesorregião do Vale do Itajaí, as estruturas das mesmas, como os cursos de ensino superior disponíveis por áreas de conhecimento, e tempo de duração, com grande relevância para os ligados às ciências básicas e exatas/tecnológicas, dados seus efeitos mais diretos na economia de uma mesorregião com o perfil industrial da analisada. Dentro desta ótica, foi abordada a atual discussão acerca da Federalização da principal universidade, a FURB, bem como todas as implicações estruturais que viabilizam este fato.

Por fim, foi feita uma junção da parte teórica com o perfil da Mesorregião para com isso legitimar a condição das Universidades como responsáveis pela produção e difusão do conhecimento, o qual age diretamente sobre o desenvolvimento econômico, haja visto que segundo Bresser-Pereira (2006), o desenvolvimento econômico é caracterizado pelo aumento da produtividade ou da renda por habitante, juntamente com o processo de acumulação de capital e progresso técnico. O que determina o desenvolvimento, segundo ele, é a taxa de acumulação de capital em relação ao produto nacional e a capacidade de incorporação do progresso técnico à produção.

Contudo, analisando-se os dados expostos pode-se chegar à alguns resultados, haja visto que a maioria destes apontam para a mesma direção. A Mesorregião do Vale do Itajaí é

que teve o maior saldo positivo no emprego entre os anos de 2009 e 2010, concentrando 26,3% do saldo total do estado; 22,2% do estoque catarinense de capital humano (IPEA, 2000). Quanto às contratações de acordo com o nível de escolaridade, percebe-se uma expulsão sem-igual dos que têm o ensino fundamental (séries iniciais) incompleto e/ou completo; paralelamente, uma absorção substancial dos que têm o Ensino Médio Completo, com tendência crescente do contingente que possui Ensino Superior Completo.

Neste contexto, credita-se os resultados de Mesorregiões como as do Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e Norte Catarinense às instituições de ensino superior que capacitam e difundem capital humano, sejam elas focadas na produção ou na pesquisa. Ou seja, se qualificam indivíduos dedicados ao manuseio da tecnologia ou indivíduos qualificados dedicados à produção da mesma.

Para tal, tem-se em Joinville, o Centro Tecnológico da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), somado a um pólo da UFSC; em Florianópolis, vários centros da UDESC, mais a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); já em Blumenau, única destas cidades sem uma instituição pública (gratuita) de ensino superior, tem apenas a Fundação Universidade de Blumenau (FURB), a qual luta entre as demais por espaço e clama junto aos programas do Governo Federal de expansão do ensino superior, pela Federalização.

Em consonância com a lacuna do Ensino Superior Federal na Mesorregião do Vale do Itajaí, vê-se uma Universidade de potencial, dotada de infra-estrutura para a federalização, podendo com isso radiar mais benefícios à Mesorregião como um todo, e para o estado de Santa Catarina.

Em todo caso, buscou-se atestar, através de todos os dados disponíveis, a idéia de o capital humano ter uma responsabilidade ímpar na condução do carro-chefe chamado desenvolvimento econômico e social, sustentando a prerrogativa de ser este o condutor do progresso técnico, da competitividade, do crescimento sustentável, do bom governo e da estabilidade democrática. Kliksberg (1999).

BIBLIOGRAFIA

BARROS, R. P., HENRIQUES, R. E MENDONÇA, R. **Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil**. IPEA, Texto para Discussão n.857, 2002.

BECKER, G. **Human capital**. National Bureau of economic research. New York, 1964.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. São Paulo: FGV-EESP, 2006 (Texto para Discussão no. 157, FGVEESP, 2006

BIRKNER, Walter Marcos Knaesel. **Capital social em Santa Catarina: o caso dos Fóruns de Desenvolvimento Regional**. Blumenau: Furb, 2006.

BLAUG, M. **Introdução à economia da educação**. Porto Alegre: Editora Globo, 1985

CASTRO, I. E. **Visibilidade da região e do regionalismo: a escala brasileira em questão**. In: LAVINAS, L et. AL (org.) **Integração região e regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 155-169, 1994.

CRAWFORD, Richard. **Na era do capital humano**. São Paulo: Atlas, 1994.

FREIRE-SERÉN, M.J. Human Capital Accumulation and Economic Growth. **Investigaciones Económicas**, v. XXV, p. 585-602, 2001.

KLIKSBERG, Bernardo. **Capital social y cultura: claves esenciales del desarrollo**. **Revista de la CEPAL.**, v. 69, p. 85-102, dez. 1999. Disponível em:
<<http://www.eclac.cl/publicaciones/SecretariaEjecutiva/7/lcg2067/kliksbergesp.pdf>>.
Acesso em: 28 maio 2011.

LUCAS, R. **On the mechanics of economic development**. Journal of Monetary Economics, v. 22, p. 3-42, 1988.

MACHADO, Luiz. **Grandes Economistas XIV: Robert Lucas e as expectativas racionais**. 2007. Disponível em:
<http://www.cofecon.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=940&Itemid=114>. Acesso em: 22 maio 2011.

MANKIW, N. G. **Macroeconomia**. 5. ed. LTC Editora: Rio de Janeiro, 2003.

MANKIW, N. G.; ROMER, D.; WEIL, D.N. **A contribution to the empirics of economic growth**. *Quartely Journal of Economics*, n. 107, v. 2, p. 407-437, 1992

MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia: tratado introdutório**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).

MINCER, Jacob. **Schooling, Experience, and Earnings**. *Human Behavior & Social Institutions*, New York and London: National Bureau of Economic Research., 1974

NORTH, Douglas. **Institutions and economic growth: An historical introduction**: Elsevier, 1989.

PAES DE BARROS, R.; MENDONÇA, R. **Investimento em educação e desenvolvimento econômico**. Texto para Discussão IPEA, n. 525, 1997.

RAITZ, Tânia R. Estudo sobre mesorregião do Vale do Itajaí. SINE/SC, 2010

ROMER, P. M. **Endogenous Technological Change**. *Journal of Political Economy*, p. 71-102, 1990.

ROMER, P. M. **Increasing returns and long-run growth**. *Journal of Political Economy*, v. 5, n. 94, p. 1002-1037, 1986.

SAUL, Renato Paulo. **As raízes renegadas da teoria do capital humano**. *Sociologias*, Porto Alegre, v. Ano 6, n. 12, p. 230-273, 2004. Disponível em:
<www.scielo.br/pdf/soc/n12/22262.pdf>. Acesso em: 10 maio 2011.

Sistema Nacional do Emprego (SINE/SC)

Disponível em: www.sine.com.br. Acesso em: 24 jun. 2011

SCHULTZ, T. **Investment in human capital**. The American Economic Review, p. 1-17, 1961.

SCHULTZ, T. W. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro. Editora: Zahar, 1973.

SCHWARTZMAN, Simon. **Pobreza, exclusão social e modernidade**: uma introdução ao mundo contemporâneo. Augurium Editora: São Paulo, 2004.

Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/exclusao.pdf>>. Acesso em: 01 de maio de 2011

STAUB, Eugênio. **Desafios estratégicos em ciência, tecnologia e inovação**. In: Parcerias Estratégicas. MCT/CEE. Brasília, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Perfil dos municípios**

brasileiros. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 out 2005.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Ipeadata, dados macroeconômicos e regionais**. 2006.

Disponível em : www.ipea.com.br. Acesso: 20 jun. 2011

Fundação Universidade de Blumenau – FURB

Disponível em: www.furb.br. Acesso em: 16 jun. 2011

TEIXEIRA, Pedro. Jacob Mincer: A Founding Father for Modern Labor Economics. Oxford: Oxford University Press, 2007